

**ATA N.º 03.2/XIII/2023**

**Sessão Ordinária de 26/04/2023**

**1ª Reunião – 26/04/2023**

**2ª Reunião – 12/05/2023**

Aos doze dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município da Moita, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e seis de abril do ano dois mil e vinte e três, a fim de continuar a deliberação sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 – Período de Intervenção do Público;**

**2 – Período Antes da Ordem do Dia;**

**3 – Período da Ordem do Dia:**

**3.1 - Ata nº01.1.23 – XIII Mandato – sessão ordinária de fevereiro - 1ª reunião – 24.02.2023;**

**3.2 - Ata nº01.2.23 – XIII Mandato – sessão ordinária de fevereiro - 2ª reunião – 28.02.2023;**

**3.3 - Apreciação do pedido de suspensão de mandato, até 31 de dezembro de 2023, apresentado por Luis Manuel de Oliveira Morgado (n.ºs 1 e 2 do art. 7º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);**

**3.4 - Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por um período de 365 dias, apresentado por Ana Isabel Pinto Pereira (n.ºs 1 e 2 do art. 7º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);**

**3.5 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita – Ratificação nominal de representante;**

**3.6 - Relatório e Contas do ano de 2022;**

**3.7 - 2.º Revisão ao Orçamento Plurianual;**

**3.8 - Ratificação do Plano Municipal dos Transportes Escolares para o Ano Letivo 2022-2023;**

**3.9 - Proposta de Protocolo de colaboração tripartido entre:**

- Câmara Municipal da Moita

- ETPM – Escola Técnica e Profissional da Moita

- Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo | Agrupamento Escolas da Moita | Agrupamento de Escolas José Afonso;

**3.10 - Redução parcial e excecional das taxas inerentes à emissão de licenças especiais de ruído, durante o período da Feira Regional de Maio e Festas em honra da nossa Senhora da Boa Viagem de 2023;**

**3.11- Ratificação do Auto de Transferência n.º ARSLVT/028/2023 e da Adenda ao Auto de Transferência n.º ARSLVT/028/2023;**

**3.12 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).**

**Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:**

- Miguel Francisco Amoêdo Canudo foi substituído por Maria Teresa Lésico de Jesus

- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar foi substituída por Rui Pedro Neto Garcia

- Mónica Alexandra da Silva Vilhana Ribeiro foi substituída por Ana Cristina Antunes da Costa Marques Ribeiro

- Edgar Miguel Amieiro Casimiro foi substituído por Carmen Sofia Pereira Lima

#### **Verificação de ausências:**

- Após as substituições efetuadas não se verificaram ausências.

#### **Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:**

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores Sara Daniela Rodrigues e Silva, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

#### **Sra. Rosa Paula Correia dos Santos Marques**

Vem, mais uma vez, fazer uma intervenção dirigida ao senhor Presidente da Câmara:

“Visto já poderem ser feitas as marcações no pavimento na estrada que vem da rotunda do continente para a rotunda do boi, será que existe alguma previsão para existirem passadeiras do Modelo para o Aldi e vice-versa? Portanto, é uma pergunta. Não sei se existe já alguma perspetiva ou não.

Agora, venho novamente perguntar, na altura da festa da Moita, em setembro de dois mil e vinte e dois, na marginal, foi colocada gravilha, e eu não sei se é o nome correto, mas foram lá colocadas umas pedras onde havia grelhas em falta. Depois de acabarem as festas, foi retirada a gravilha. Segundo o senhor Presidente Carlos Albino, não faz sentido a existência daquele escoamento, o que é certo é que os buracos estão lá e não têm grelhas. Vão colocar novamente gravilha agora para a Feira de Maio ou vão fazer alguma intervenção definitiva para que a situação fique resolvida?

Agora, vou trazer aqui um assunto que não é novo, até é bastante antigo, porque desde novembro de dois mil e vinte e um, que eu o trago cá, através de reuniões, de assembleias, de e-mails, de ir lá com o senhor Presidente, pronto, é um assunto que já é bastante antigo, que é, na rua Alves Redol, na Quinta da Fonte da Prata, e desde novembro de dois mil e vinte e um, que eu venho a reclamar esta intervenção. Existe uma passadeira que, de um lado tem o passeio rebaixado, de forma a que as pessoas com mobilidade reduzida consigam passar na mesma em segurança, mas do outro lado do passeio não tem rebaixamento, e sim um passeio normal, que é difícil de subir ou descer a quem tem mobilidade reduzida. Até à data do dia de hoje, nada foi feito. Leva-me a crer que não existe sensibilidade, por parte da Câmara Municipal da Moita, relativamente aos que têm dificuldades para se deslocarem de cadeira de rodas ou de andarilho, e não só, com outros tipos de mobilidade reduzida.

E agora, a minha última intervenção, é para perguntar para quando vai ser intervencionado o pavimento na rua Florbela Espanca, na Quinta da Fonte da Prata, pois as garantias bancárias foram desbloqueadas e essa rua foi contemplada e, até à data do dia de hoje, ainda não foi realizada a intervenção.”

#### **Sr. Eduardo Brás**

Queria apenas fazer referência à data em que comemoram o 25 de Abril, e ao que foi falado durante a manhã, porque foi muito do seu agrado presenciar o que foi dito, no que diz respeito aos trabalhos da autarquia, como também foi bastante do seu agrado ouvir o que ouviu em relação à comemoração do 25 de Abril. No entanto, acha que por parte dos blocos que intervieram, e que tiveram direito à palavra, foi pouca ou nenhuma referência feita ao trabalho das juntas de freguesia, e acha que seria de bom tom as juntas de freguesia serem referenciadas em todos os trabalhos que fazem, e que efetuam, da mesma forma que acontece com a autarquia, porque todos os trabalhos, e a resolução que querem, é comum para o concelho, e acha que é apenas um ponto a melhorar.

#### **Senhor João Augusto da Silva Henriques**

Vem perguntar ao senhor Presidente, porque vive na Fonte da Prata e gostava de saber, como é que está o ponto de situação do concurso que ia fazer para meter a canalização nova das águas, e gostava que informasse a população da Fonte da Prata e toda a Moita.

## **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Passou a palavra à Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelos munícipes.

## **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Começar por responder a algumas questões que são pertinentes, e muitas pessoas já lhe têm feito essa mesma pergunta, e que, uma e outra vez, vão respondendo, e agradecer à senhora Rosa Paula Marques a oportunidade de colocar aqui as questões para que possa responder a todos de uma só vez, pelo menos àqueles que os assistem, os que os poderão vir a assistir e àqueles que estão aqui presentes.

O que se está a fazer na estrada que vai do Continente à rotunda do touro, que é apelidada, por muitos, como estrada dos Espanhóis, mas a estrada dos espanhóis fica ao lado, que ficou desativada quando se fez a nova ligação, o que está a ser feito nesse eixo de ligação é uma ciclovia, motivo pelo qual as marcações que estão a ser feitas naquele local, é uma reperfilação das faixas de trânsito, deixando, do lado de quem sobe, uma área maior, um espaço maior, onde será depois marcada uma ciclovia que, como é claro, terá a segurança necessária para quem ali circula. Dizer também que, parecendo um pouco estranho para quem sobe, porque depois há um estreitamento da via, porque chega um momento em que a ciclovia entra para a estrada dos Espanhóis, ou seja, faz uma inflexão para dentro da estrada dos Espanhóis, saindo no eixo principal rodoviário porque, estranho pareceria, que a ciclovia, tendo uma via, uma escapatória mais favorável, continuasse por aí em diante até à rotunda das gaivotas.

Respondendo agora àquela questão que coloca, também ela pertinente, relativamente ao porquê de não se fazer uma passadeira do Modelo para o Aldi, sendo que essa informação já foi dada múltiplas vezes, a partir da rotunda das gaivotas em diante é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, ou seja, quem vem da via rápida, ou quem vem do Penteado em direção à Moita, esse nó de intersecção é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, motivo pelo qual, nessa zona, não se pode colocar, e não há forma de colocar ali uma passadeira, já para não falar que uma passadeira terá sempre que ir desembocar, e sempre ir ter a um passeio e, naquele local, pela forma como está desenhada a via, não há forma de, pelo menos, colocar ali e fazer a circulação pedonal em segurança das pessoas. É algo que poderá continuar a ser estudado e avaliado, mas, de momento, é esta a informação que têm para dar. O que fica claro é que, atendendo ao que existia e passará a existir, a circulação das pessoas, que será feita para os hipermercados a partir daquela via, ficará com uma situação de maior segurança, fruto das obras que estão a desenvolver naquele local.

Depois, coloca aqui uma questão relativamente à gravilha que os serviços colocaram aquando das festas da Moita. Na altura, disse, ficou escrito e registado, e é verdade, que muito daquele sistema de drenagem de águas pluviais não funciona corretamente, e não funciona corretamente porque dada a sua secção, ou seja, diâmetro, tamanho, entope com muita facilidade e depois, face à extensão da via, ao longo de toda a marginal, dos dois lados da marginal, o que pediam aos serviços, às pessoas, era para andar a abrir regos, a cavar quase um quilómetro, ou mais, dos dois lados da via, o que é impraticável, mais do que uma vez por ano, duas, três, quatro, cinco vezes, muitas vezes por ano, para manter sempre limpas todas aquelas grelhas. Já se mostrou que, há muito tempo, quem projetou aquilo não projetou bem, e verificou-se, porque que o tempo veio demonstrar, que aquilo não resolvia.

O que estão a fazer, paulatinamente, até porque os recursos não são infinitos, têm muitas coisas para acudir, como ainda agora fez questão de elencar aqui um conjunto de situações que quer ver corrigidas, e bem, o que acontece é que, paulatinamente, ao longo do tempo, têm vindo a corrigir as situações. Corrigiram um dos acessos ao estacionamento, onde retiraram as grelhas e puseram sumidouros, corrigiram a rua 5 de Outubro, colocando mais sumidouros, no outro estacionamento ao lado já retiraram todas as grelhas e puseram sumidouros, e está perspetivado e definido também em toda a avenida fazer, exatamente, o mesmo, mas agora as prioridades têm sido outras, e têm que ser outras. A Câmara Municipal não pode fazer só obras à volta do seu edifício. A Câmara Municipal não pode fazer obras só numa freguesia.

São sessenta e seis mil habitantes e têm que chegar, um bocadinho, a cada um dos habitantes deste concelho, e é por isso que têm estado a fazer intervenções noutros locais, nomeadamente, na Baixa da Banheira, no Vale da Amoreira, e em tantos outros locais em que têm vindo a intervir e a projetar, como no Gaio-Rosário, em Sarilhos Pequenos. As intervenções têm sido várias, e de ordem variada, por isso a questão de retirar todas as grelhas da avenida é algo que está em cima da mesa, é um projeto que está a ser elaborado, projeto esse que a seguir terá que ser valorado, ou seja, tem que ser aferido quanto irá custar essa intervenção, para depois a priorizar no tempo, face às disponibilidades orçamentais, mas o compromisso do executivo tem vindo a ser feito com todas essas correções.

Agora, quando aqui diz que a Câmara nada tem feito e é insensível às pessoas de mobilidade reduzida, que circulam em cadeira de rodas ou de andarilho, apesar de agora estar a acenar com a cabeça que não, mas ficou registado para quem possa querer assistir e voltar atrás em casa para ouvir as palavras que proferiu relativamente àquela que é a intencionalidade, ou a vontade, o querer desta autarquia. Esta autarquia, desde o primeiro momento, teve uma atenção especial relativamente a essa matéria, motivo pelo qual, há mais de vinte anos, havia o arraial da festa num determinado ponto que não permitia a circulação de pessoas que se deslocassem em cadeiras de rodas, e agora foi assinalado e foi feita essa alteração. Ao final desta rua, os passeios também foram melhorados, também foi aumentada a secção do passeio para que as pessoas possam circular, mas não é só aqui na Moita.

Vejam, na estrada nacional na Baixa da Banheira, e que não estava previsto em projeto, e o que fizeram foi rampear os acessos aos estabelecimentos de restauração que o assinalaram, e onde era possível fazê-lo, e que manifestaram vontade que houvesse esse rampeamento, para que o acesso aos seus estabelecimentos em cadeira de rodas fosse feito de forma mais franca e mais fácil, e isso também não estava previsto no projeto, todavia, há certas coisas que estão em projeto, que respeitaram, e que agora vão ter que alterar, mas tem sido um trabalho permanente e constante que têm vindo a levar a cabo.

Relativamente àquilo que aqui refere sobre a rua Florbela Espanca, vai questionar os serviços relativamente a essa matéria, uma vez que disse que havia umas garantias que foram executadas, mas que a obra não foi feita, e vai procurar perceber se isso é verdade, e a ser verdade, o porquê de isso acontecer. Contudo, reafirma, que não sabe se será verdade ou não aquilo que aqui refere.

No que diz respeito ao senhor João Henriques, os processos, como calculam, relativamente aos procedimentos administrativos estão a decorrer e espera, em breve, poder lançar o concurso relativamente à Fonte da Prata. Mas, como tudo o que diz respeito à contratação pública dá muito trabalho, e ainda bem que assim é, para respeitar as normas em vigor, e exige tudo muito tempo. Depois ainda acontece uma coisa que está prevista na lei, e que devem aceitar com toda a naturalidade, mas que cria um bocadinho de ansiedade, tanto para quem quer ver o trabalho acontecer, como para os municípios que querem ver as coisas acontecer na sua rua, que é o facto de, muitas vezes, as empresas que ficam em segundo lugar, fazem litigância, ou seja, fazem queixa, porque querem ficar em primeiro lugar, o que obriga, muitas vezes, a parar os concursos.

É isso que tem acontecido em alguns concursos, nomeadamente, na deservagem, nos monos também aconteceu isso, ou seja, os concursos de recolha de monos estiveram parados porque houve litigância da parte dos que não ficaram em primeiro lugar, que apresentaram queixa, e isso obriga o jurídico a intervir no tempo de responderem a quem apresenta queixa, depois aguardarem que recorram, e tudo isso, tanto a resposta da Câmara Municipal, como aguardar a resposta das outras entidades, tem tempos, tem prazos, e, se calhar, todos gostariam que os prazos fossem mais curtos, mas são os prazos que a legislação em vigor diz que são os necessários, que asseguram e salvaguardam os interesses de todas as partes, sejam do público, seja dos privados.

Relativamente àquilo que o senhor Eduardo Braz diz, acredita que seja mais uma sugestão, uma sugestão deixada a todos. O trabalho profícuo que têm feito, e que fazem, no que diz respeito à Câmara Municipal da Moita, vai muito para lá do discurso, e não só da Moita, mas de todas as outras freguesias. Vai muito para lá daquilo que possa ser o discurso, muito embora, no discurso do 25 de Abril, tenham feito referência às autarquias, nomeadamente, as freguesias, mas nunca deixam de estar no pensamento do executivo, porque são os primeiros parceiros, são as primeiras entidades com as quais trabalham e desenvolvem trabalho, e têm muitos projetos a decorrer com as juntas de freguesias, muitos deles, com um valor de muitas centenas de milhar de euros, e que permitirão às juntas de freguesia alavancar aquele que é o seu trabalho, as suas dinâmicas, e auxiliá-las naquele que é o seu trabalho. E, que fique claro que trabalham todos para a mesma população, ainda que a níveis diferentes, ou seja, os fregueses das juntas de freguesia são municípios da Câmara Municipal da Moita, trabalham em dimensões e esferas de responsabilidade diferentes, mas todos com o mesmo querer, assim acredita, com a mesma vontade, e é isso que querem continuar a assinalar e a deixar marca.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em seguida, perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

## **Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, do Grupo Municipal do PS**

Pode começar esta sua intervenção dirigindo ao senhor Presidente da Assembleia os melhores cumprimentos, e a todos os presentes nesta Assembleia, como pode dirigir a sua intervenção dando os seus cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, Deputados, representantes municipais, senhores Presidentes de junta, público aqui presente e público lá em casa, e esta sua intervenção vai no sentido da intervenção do munícipe que aqui esteve, e que falou acerca das comemorações do 25 de Abril que aconteceram na Praça da República, na manhã desse dia.

«A revolução do 25 de Abril de 1974, marca o início da vida democrática no nosso país. Há quarenta e nove anos atrás, iniciou-se um processo que viria a terminar com a implantação do regime democrático, e a entrada em vigor da nova Constituição.

Segundo o artigo segundo da Constituição da República Portuguesa, Portugal passou a ser um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democrática, no respeito e na garantia da efetivação dos direitos e liberdades fundamentais, e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social, cultura, e o aprofundamento da democracia participativa.

A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais. Estas, são pessoas coletivas territoriais, dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas.

Em Portugal continental, através do artigo duzentos e trinta e seis da Constituição, são consideradas autarquias locais, as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. Os órgãos respetivos da freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia. São atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda os interesses próprios das respetivas populações.

Com a implementação da democracia, as populações tiveram, e atualmente têm, o poder de escolher, através do voto, os seus representantes, seja a nível europeu, nacional, concelhio e, na base da representatividade popular, as freguesias.

Ao abrigo do artigo dezoito, relativamente às competências do Presidente da Junta de Freguesia, através da alínea c), é-lhes conferido o direito de integração na assembleia municipal do município que abrange a respetiva circunscrição territorial. Assim, o Presidente da Junta de Freguesia, numa Assembleia Municipal, é o representante do Órgão Freguesia, que preside, e não de membro eleito numa lista partidária concorrente a esse órgão, que é a Assembleia Municipal.

Por tudo isto, lamento que, no dia em que se comemorou a instituição do poder democrático nacional e local, com a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária, tenham existido alguns discursos, perpetrados por vários elementos das diferentes bancadas partidárias desta Assembleia Municipal, referindo-se, no início da sua intervenção, à representatividade das juntas e, nestes casos, os seus primeiros representantes, diga-se, presidentes, como uma expressão de “demais eleitos”.

Não tendo qualquer contrariedade com a utilização da expressão de “demais eleitos”, nem o que isso possa representar sobre a minha pessoa, com o cargo que ocupo, mas sim indigno, como podem um, ou vários representantes do poder local democrático, esquecer-se ou ignorar, a própria instituição que represento e o que ela representa na consolidação do poder autárquico, e o contributo que sempre prestaram para a construção dos ideais democráticos que o 25 de Abril trouxe e, tantas vezes, é ignorado ou, por vezes, referido num trabalho voluntário, de grande proximidade às populações.

Minhas senhoras e meus Senhores

Devemos considerar as juntas de freguesia o órgão base, e de proximidade democrática, das populações. Nas juntas de freguesia, os seus representantes máximos, diga-se, presidentes, são os que menos auferem de toda a cadeia democrática do nosso país, mas esses representantes, sob enormes dificuldades de recursos, dedicam-se à causa, sobretudo pela paixão à sua terra e às suas gentes.

Eles, muito embora não tenham, por vezes, as competências delegadas, têm sempre de atuar, porque são eles que, na rua, têm de responder aos anseios. São presidentes, são vereadores, são técnicos superiores ou administrativos, são encarregados ou diretores. Estão em todas as áreas, do associativismo, à cultura, ao desporto, às obras públicas, à área social, aos espaços verdes, entre outras. São os técnicos que fazem contratação pública, que ouvem e dão voz aos que não têm voz, que organizam seções e setores, que fazem discursos, que planeiam os serviços, tanta e outra coisa. São demasiadas coisas para resignar a sua existência, como aconteceu naquela Sessão.

Isto, para que outros eleitos do poder local não se esqueçam de os referir, seja os representantes, seja as próprias instituições que eles representam.»

#### **Deputado Eduardo Teixeira do Grupo Municipal da CDU**

Agradecer e dizer aos munícipes que tomaram boas notas das observações que aqui foram feitas, e que farão o possível para continuar a fazer chegar e a melhorar as condições de vida nas diversas freguesias do município.

Gostava também de fazer uma observação, uma pergunta direta à Mesa, e não sabe se este é o período indicado, uma vez que não têm o período antes da ordem do dia, mas para não perderem muito tempo, porque esteve na sessão pública do 25 de Abril e as juntas foram, como sempre, respeitadas, mas também não lhe compete a si responder por isso. Outro reparo, é que o senhor Presidente da Câmara, frequentemente, responde sobre a condução dos trabalhos na Assembleia Municipal, mas a pergunta que o munícipe fez foi sobre a Assembleia Municipal, portanto, compete ao senhor Presidente da Assembleia responder à mesma. Não tinha percebido, naquele dia, nem nos últimos tempos, que havia esta zanga, porque não crê, pelas palavras que foram usadas, que o momento que ali se passou justifique esta acrimónia toda, e as juntas são parte integrante do poder autárquico desde o 25 de Abril, é a base e é muito importante, como já aqui discutiram muitas vezes, é pena não terem mais duas, que lhes fazem bastante falta no município.

A questão concreta que queria colocar ao senhor Presidente da Assembleia é qual a razão para não terem internet nos Paços do Concelho.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Sobre a questão das comemorações na Assembleia Extraordinária da Sessão Solene do 25 de Abril, o que pode dizer é que não fixou, de todas as pessoas que falaram, os termos que usaram. As suas lembra-se perfeitamente que referiu, porque tinha, realmente, essa preocupação de referir não só presidentes de Junta, como presidentes de assembleia de freguesia, e depois os demais autarcas, Câmara Municipal, colegas deputados municipais, mas em relação aos outros, sinceramente, não consegue recordar.

O que sabe, por exemplo, é que há uma pessoa extraordinariamente prática, que é o seu amigo Deputado João Faim, que diz “na sua pessoa considerem-se todos cumprimentados”, portanto, aí não há “demais”, é igual para todos, não há depreciação nem superação de ninguém. Dos outros não se lembra, mas acha que o reparo fica.

Percebe, sinceramente, que o problema não se restringirá só a esse dia, mas sim um conjunto de coisas, e compreende uma certa luta por uma maior dignidade, que as juntas de freguesia merecem, e têm que ter a atenção dos restantes poderes, porque, realmente, quando falam em poder local, e o poder local que está mais perto das populações são as juntas de freguesia, portanto, merecem o respeito, certamente, de todos.

Sobre a questão da internet, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se lhe pode dizer o que é que se passa, porque deixaram de ter internet no salão, que havia e à qual todos tinham acesso.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Relativamente à internet a questão é muito simples, não havendo um ponto fixo é colocar um hotspot portátil, que era o que, às vezes, tinham aqui disponível e que não está aqui hoje. O que o que havia nos Paços do Concelho, excecionalmente, nos Paços do Concelho era o Wi-Fi4EU, candidatura essa do anterior mandato, que caiu e tiveram que devolver parte da verba, e os hotspots não foram aqui colocados porque estava em fase de testes, e nunca foi colocado no espaço público, por isso que o se fez foi um projeto, que está a ser desenvolvido não só para este edifício, mas para vários edifícios do município.

Vai ser lançado um concurso onde poderão participar diferentes entidades do setor, para colocação de cabeleagem e internet em vários espaços do concelho, nomeadamente, nas estações elevatórias, mercados municipais, sítios de acesso público, como bibliotecas, sendo que algumas já o têm, mas também nos edifícios operacionais do município, seja a Câmara Municipal, o Matão, a Socoquex, e muitos outros espaços onde, atualmente, não existe, e querem que passe a existir, porque nesta casa nunca houve wi-fi, e haver aqui nas assembleias municipais era, muitas vezes, uma excecionalidade, mas essa foi a realidade com que se depararam quando cá chegaram.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Não querendo entrar em diálogo, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se era assim tão difícil, por exemplo, enquanto esse projeto não avançar, ter aqui um router que forneça internet.

Neste momento, perante indicação por membros da bancada da CDU, sem recurso a microfone, de que sempre houve internet no Salão Nobre, pediu para não entrarem em diálogo.

Assim, e por forma a ultrapassarem isto até o tal projeto, que é uma coisa com mais condições, estar finalizado, fica assinalado o reparo à Câmara que, certamente, irá encontrar uma solução o mais rapidamente possível, pelo que acha que não é necessário entrar e diálogo.

Neste momento, o Deputado Municipal João Figueiredo, sem recurso a microfone, disse que o que não vale é mentir. O que não vale é mentir, e o que aconteceu aqui foi mentir, pelo que pedia outra vez a defesa da honra porque o senhor Presidente da Câmara acabou de mentir.

Pediu para não entrarem em diálogo, o assunto está colocado à Câmara e espera que, na próxima sessão, já tenham aqui internet móvel para que possam aceder. Realmente, não se tinha apercebido disso.

Por não ter mais pedidos de intervenção, deu por concluído o período de intervenção do público.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **3.5 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita – Ratificação nominal de representante**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

A senhora Deputada Municipal Carmen Mafra é a atual representante, na CPCJ, indicada pelo Bloco de Esquerda, de acordo com as regras que esta Assembleia determinou quanto aos representantes neste organismo, e que terminou o seu mandato na CPCJ, mandatos esses que não são coincidentes com os mandatos da Assembleia Municipal.

Solicitado ao Bloco de Esquerda indicação quanto à eventual renovação do mandato, veio este assinalar que pretendia a renovação do mandato da Deputada Municipal Carmen Mafra na CPCJ, e é essa a proposta que irão votar, e que acha que merece o voto unânime desta Assembleia, sendo claro que as pessoas são livres, porque as indicações que possui é de que tem feito um excelente trabalho nesse seio.

Em seguida, submeteu a ratificação nominal da representante proposta pelo BE a votação por escrutínio secreto, e informou que a Deputada Municipal Carmen Mafra se escusou de participar na votação.

Submetida a **proposta** a votação por escrutínio secreto, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e nove votos a favor e um em branco.

### **3.7 - 2.º Revisão ao Orçamento Plurianual**

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS, quatro votos contra da CDU, uma abstenção do Vereador Independente, e com o voto de qualidade do Presidente, em reunião da Câmara Municipal realizada em 18/04/2023:

“A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto prevê a transferência, para os municípios dos recursos que visam financiar o exercício de novas competências na mesma lei.

O Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da saúde.

O Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da ação social.

Deste modo, a revisão aos documentos previsionais agora proposta resulta da necessidade de criação das classificações económicas específicas para o registo das verbas a considerar no âmbito da transferência de competências para o Município da Moita, elencadas nos Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, e Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, assim como do reajustamento das dotações orçamentais anuais das classificações económicas já criadas.

Desta feita, propõe-se que seja aprovada a revisão ao Orçamento Plurianual conforme mapas que se anexam e posterior envio para a Assembleia Municipal para aprovação.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Relativamente a esta segunda revisão do orçamento plurianual, dizer que, como todos sabem, receberam várias competências, seja na área da saúde, seja na área da ação social e, como calcularão, essas competências adicionais, esses encargos que vão receber, vêm associados a um conjunto de verbas, e é essa mesma verba que estão a integrar no orçamento, pelo que não tem nada mais a acrescentar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Em relação a esta proposta, irão votar contra porque não se reveem, não porque a proposta, tecnicamente, esteja mal elaborada, mas porque nas opções que aqui são colocadas, e que têm a ver, nomeadamente, com a descentralização, não se reveem, e é nesse sentido que vão votar contra esta proposta, mas queria também aproveitar para elogiar a forma como a proposta é apresentada. De facto, esta proposta é apresentada subscrita pelo senhor Presidente da Câmara e rubricada por todos os vereadores que a votaram, quer favoravelmente, quer desfavoravelmente, ou que se tenham absterido, em sede de reunião de Câmara, coisa que, no relatório e contas, na última Assembleia, não se passou e deu azo àquela “trapalhada” que aqui falaram, e falam mesmo em “trapalhada” porque acreditam que, de outra forma, não seria possível, portanto, não estão a pôr má fé, nem estão a pôr outro tipo de adjetivo, “trapalhada”, exatamente, nesse sentido.

E dizem “trapalhada” porque o documento escrito que foi entregue aos vereadores da bancada da CDU, falava num resultado líquido do exercício de três ponto dois milhões de euros. O documento em papel, depois daquelas alterações que entretanto existiram, que chegou à bancada da CDU na Assembleia Municipal falava de um resultado líquido do exercício, em números redondos, de um ponto nove milhões de euros, portanto, há aqui qualquer coisa onde “não bate a bota com a perdigota”. Analisando a própria proposta, ela falava em um ponto nove milhões de euros, e com todas estas alterações, como outras que houve em termos de relatório, porque tiveram o trabalho de comparar, quadros e algum descritivo, mas também houve uma ausência na própria proposta que foi para a reunião de Câmara, que não continha, por exemplo, o relatório do ROC, do revisor oficial de contas, e isso também é uma obrigatoriedade legal e é um aspeto também que, as boas práticas, recomendam.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perante solicitação, passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

O que repara, relativamente a esta proposta, é que não têm nada a dizer relativamente à mesma, a não ser que são contra a descentralização de competências, ou seja, o que vêm aqui é que a CDU, ao longo do tempo, quando esteve no poder, nunca quis nem exercer as competências que tinha, e que podia exercer à frente da Câmara Municipal, quanto mais “que horror pensar que o Estado central”, como apelidam, lhes



iria dar mais competências para poderem fazer mais e melhor pelo concelho, e por aqueles que neles votaram para defender os interesses das pessoas que cá viviam e que cá vivem.

Dito isto, o que fizeram foi, sem medo, sem receio, exercer todas aquelas que são as suas competências, e não tiveram no presente, como nunca demonstraram ter, medo de assumir mais competências, porque o que querem fazer é mais e melhor, e operacionalizar a mudança no concelho. Por exemplo, sempre foi possível meter iluminação na reta da vacaria, no Vale da Amoreira, sempre foi possível colocar, até porque a estrada pertence ao concelho da Moita, mas a CDU nunca quis exercer essa competência. Por isso, mais do que a CDU ser contra receber mais competências para a esfera da Câmara Municipal, o que fica claro é que nunca, no passado, mesmo aquelas competências que tinham, e que podiam, quiseram exercer, e que eram reclamadas pelas pessoas e que agora este executivo está a executar. E, não contentes com essa situação, vêm buscar aqui um *fait divers*, porque não têm assunto para criar um caso, de uma situação que não existiu e que foi, na prática, terem recebido um documento que tinha uma página com um valor errado e que, por uma questão de zelo, foram recolher e entregar um documento novo.

Futuramente, e até porque estão, cada vez mais, na esfera da defesa do meio ambiente, o que irá propor é que se envia só em formato digital, até porque em formato digital as coisas seguiram bem, sem essas questões a assinalar, e assim, futuramente, já não haverá erros de impressão, poupa-se muito papel e contribui-se, também dessa forma, ainda que seja um pequeno contributo, é substancial, uma vez que o relatório e contas tem oitocentas e quarenta e uma páginas, por isso é importante, se puderem, também por aí dar um sinal, e comecem só a receber em formato digital.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Queria dizer, primeiramente, que afinal, a Câmara Municipal da Moita reconhece que havia um erro e, por isso é que os documentos, constantemente, foram trocados, porque na última sessão não foi isso que disseram. Mais, na última sessão, disseram que não havia e disseram para procurarem os erros, num documento, como o senhor Presidente da Câmara disse, com oitocentas e quarenta e tal páginas, e que lhes foi entregue quatro vezes. Foram entregues quatro versões em PDF, estiveram a verificar essas quatro versões que foram entregues, mais a versão que foi entregue em papel à bancada da CDU, sendo que foram entregue duas em papel, mas uma delas foi recolhida, portanto, foram verificar na segunda e verificaram as duas versões que foram entregues aos vereadores da CDU. Afinal, havia um erro, e não era um erro de impressão, era uma diferença de um milhão e trezentos mil euros, portanto, não é um erro de impressão. Houve uma imprecisão.

E, como aqui todos sabem, ou pelo menos julgava que todos sabiam, os documentos que vão à Câmara Municipal, e são aprovados na Câmara Municipal, são entregues à Assembleia Municipal para ser debatidos, avaliados e votados sem qualquer alteração, e não foi isso que aconteceu. Não foi isso que aconteceu desta vez, como não foi isso que aconteceu outras vezes, porque se lembram, no mapa do pessoal, que houve documentos que vieram aqui à Assembleia Municipal, depois de terem chamado à atenção, que não foram à reunião de Câmara. Lembram-se disto. Não é uma vez, não são duas vezes. Têm que lembrar, para quem não acompanha isto, que nas reuniões de Câmara várias propostas, e não são poucas, são retiradas porque não têm condições para ser votadas e, ao serem apreciadas, são retiradas, portanto, este tipo de “trapalhadas”, é demonstrativo do tipo de gestão autárquica que têm, uma gestão incompetente e, nestes casos, até irresponsável, porque isto pode pôr em causa o regular funcionamento do município.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Em relação à Assembleia, só queria dizer que, normalmente, estão de boa-fé. Recebem as coisas da Câmara e tomam-nas como boas. Foi-lhes dito, e o próprio também está habituado a isso, em termos de informática, às vezes, com a pressa das coisas, e por acaso até parece que o primeiro documento estava bem, havia dúvidas quanto ao documento enviado e mandaram outro que veio de outra pasta, e depois repararam que afinal o outro é que estava bem, isto porque houve ali alguma precipitação, mas pelas explicações que lhe deram, parece-lhe que não houve qualquer má fé, nem faria sentido nenhum. Erros só não comete quem não faz, e quem lida com informática sabe que, às vezes, se comete mais erros desse género, porque as coisas estão proliferadas em pastas e são várias pessoas a tratar, pelo que, como disse, neste caso, passava um pouco o ónus para a oposição, se virem que há, realmente, intenção.

Percebeu, e na altura até falaram nisso, que é difícil conferir oitocentas e tal páginas, de um lado e de outro, é quase “descubra as diferenças”. É, realmente, muito difícil, mas a Câmara Municipal explicou

aquilo que aconteceu. Também não gostam, e é-lhes muito desagradável e, realmente, pensa que está esclarecido, mas uma vez que a senhora Vice-presidente quer falar, vai passar a palavra à Câmara Municipal.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Só queria dizer uma coisa antes de passar a palavra à senhora Vice-presidente, porque vão fazendo intervenções e intervenções para criar um soundbite, mas dizer que o que foi levado à Câmara Municipal foi o que foi entregue à Assembleia Municipal. O que foi entregue em papel, volta a referir, foi porque houve uma página que foi impressa incorretamente, com um valor incorreto e depois, por uma questão de zelo, o documento foi recolhido e reentregue, mas, se disso querem fazer um caso, por si, estejam absolutamente à vontade. Muitos casos administrativos teria o próprio para mostrar, estranho é que, tendo deixado todos à vontade, nunca pediram para consultar nenhum, nomeadamente, no que diz respeito a questões urbanísticas, nunca pediram para consultar nenhum. Vê mudar o semblante nos rostos da bancada da CDU, mas, ainda assim, passa a palavra à vereadora Sara Silva.

#### **Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva**

Dizer que a expressão que o senhor Deputado João Faim utilizou, aquela “trapalhada”, afinal não é “trapalhada” nenhuma. Não é “trapalhada” nenhuma. O senhor Deputado afirmou aqui, nesta sessão, que os vereadores receberam a versão errada, mas não receberam, receberam a versão correta. Aquilo que foi à reunião de Câmara no dia dezoito de abril foi, precisamente, aquilo que vem à Assembleia Municipal, indiscutivelmente. Receberam, via online e por e-mail, a versão correta. A versão em papel foi recolhida e, quando foi à reunião de Câmara já tinha o documento correto, com a única página mudada, portanto, não há qualquer dúvida que o documento que foi aprovado em reunião de Câmara foi o mesmo que vem à Assembleia Municipal, e se o senhor Deputado tem dúvidas, pode consultá-lo.

Depois, realmente, acha estranho estarem sempre com esta “trapalhada”, que é a única coisa pela qual conseguiram pegar, porque num relatório de oitocentas e quarenta e três páginas não houve uma única dúvida por parte da oposição, se calhar, também é de louvar, realmente, aquele trabalho que estão a desenvolver de maneira a que não haja qualquer tipo de dúvidas, e isso também é notável.

Dizia o senhor Deputado João Figueiredo que os documentos foram trocados, mas não sabe onde é que foram trocados. Se calhar, foram trocados na sua eventual observação, mas não foram, realmente, trocados.

Dizer ainda que não há qualquer obrigatoriedade do relatório de certificação legal de contas ser presente a reunião de Câmara, tem que vir à Assembleia Municipal, mas não à reunião de Câmara. Embora o façam, não há qualquer obrigatoriedade nesse aspeto, portanto, não sabe qual é aquela “trapalhada” a que se refere, porque, na realidade, está correto, foi aprovado em reunião de Câmara e foi aprovado em Assembleia Municipal, e não há qualquer dúvida sobre isso.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por considerar que não havia mais a acrescentar, até porque não é esse o assunto em discussão, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com quinze votos a favor do PS seis abstenções, sendo duas do BE, uma do PSD, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes, uma do Independente João Gaspar; dez votos contra da CDU.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Neste momento, passou a palavra ao Deputado Municipal Eduardo Teixeira que pediu para falar sobre a condução dos trabalhos.

### **Deputado Eduardo Teixeira do Grupo Municipal da CDU**

Queria voltar a perguntar, e já perguntou isso na última Assembleia, quais são os documentos aos quais não têm acesso, porque voltou aqui a ser mencionado o facto de não terem acesso a documentos pelo senhor Presidente da Câmara, que o voltou a afirmar aqui, taxativamente, na sua intervenção, sem nada a ver com o ponto em discussão.

Sobre a condução dos trabalhos, e por mais vezes que tenha a palavra, dar sempre a mesma explicação não os vai convencer. Até podem repetir a mesma explicação trezentas vezes, que não os vai convencer, portanto, podem poupar também tempo à Assembleia e avançar mais depressa.

Mas, a questão é fundamental, e que coloca ao senhor Presidente da Assembleia para que a coloque ao senhor Presidente da Câmara Municipal, é quais são os documentos que são falados que não conhecem, e que não sabe se é por falta de internet que não chegam à diretoria. Precisa saber quais são os documentos que se fala que não têm acesso, porque já voltou aqui a ser falado, e se voltar atrás na gravação, verifica que foi dito outra vez. Já na última Assembleia, foi dito a mesma coisa, e precisa mesmo de saber porque gosta de saber, não gosta de falar de cor.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Disse que ia tratar desse assunto com os serviços da Assembleia e depois dava uma resposta.

## **3.8 - Retificação do Plano Municipal dos Transportes Escolares para o Ano Letivo 2022-2023**

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 08/03/2023:

“De acordo com a alínea gg), do n.º 1, do Artigo 33, ° da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico de transferência de competências do Estado para as autarquias locais, compete à Câmara Municipal assegurar, organizar e gerir os Transportes Escolares.

No âmbito das suas competências o Município da Moita procedeu à elaboração do Plano Municipal de Transportes Escolares para o ano letivo 2022-2023.

Tendo em conta que as condições para a constituição do Conselho Municipal de Educação da Moita não estariam reunidas antes do início do ano letivo, entendeu-se propor o Plano de Transportes Escolares na reunião de Câmara de 24 de agosto de 2022, tendo sido aprovada por unanimidade a Proposta N.º179/XIII/2022, sem o parecer do Conselho Municipal de Educação.

O Plano de Transportes Escolares foi, entretanto, objeto de revisão e retificação e apreciado pelo Conselho Municipal de Educação da Moita, na reunião realizada no dia 9 de fevereiro de 2023, de acordo com a alínea f), do n.º 1, do Artigo 56, ° do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. O Conselho Municipal de Educação deliberou sobre a adequação da rede de transportes escolares, tendo o referido Plano merecido parecer favorável.

O Plano Municipal de Transportes Escolares para o ano letivo 2022-2023 apresenta um custo anual estimado de cento e trinta mil e quinhentos euros (130.500,00 €), com efeitos na rubrica 03 02021001 - Transportes Escolares.

De acordo com o disposto no n.º 1, do Artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, propomos para deliberação o Plano Municipal de Transportes Escolares do Município da Moita, para o ano letivo 2022-2023, anexo à presente proposta e, posterior submissão à Assembleia Municipal.

Em anexo: Plano Municipal de Transportes Escolares 2022-2023”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Para apresentar esta proposta, passou à pessoa que tem este pelouro e acompanha este processo, o vereador António Carlos Pereira.

### **Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira**

O que trazem ao órgão Assembleia Municipal é a ratificação do Plano Municipal de Transportes para o ano letivo dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, uma vez que compete à Câmara Municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

No âmbito das suas competências, o município da Moita procedeu à elaboração do Plano Municipal de Transportes para o ano letivo dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, plano esse que foi objeto de revisão e retificação no Conselho Municipal de Educação da Moita. Este conselho municipal foi constituído no passado dia nove de fevereiro de dois mil e vinte e três, e foi com o parecer deste Conselho Municipal de Educação da Moita que se criaram as condições para ratificar este plano, que já estava apresentado no órgão, e também na reunião de Câmara, e é isso que trazem para aprovação.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

### **3.9 - Proposta de Protocolo de colaboração tripartido entre:**

- Câmara Municipal da Moita
- ETPM – Escola Técnica e Profissional da Moita
- Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo | Agrupamento Escolas da Moita | Agrupamento de Escolas José Afonso

A proposta infra foi aprovada por maioria, com três abstenções da CDU, em reunião da Câmara Municipal realizada em 27/03/2023:

“O Decreto-Lei n.º 21/2019 concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e as entidades intermunicipais no domínio da educação. Conforme disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 20 de janeiro, compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família que garantam uma escola a tempo inteiro, designadamente:

- a) *Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)*, destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas;
- b) *Componente de Apoio à Família (CAF)*, através de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva.

A Escola a Tempo Inteiro aplica-se aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, com a oferta das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF) e, decorrem das 7h30 até início da componente educativa - designadamente o acolhimento - e do final da mesma das 15h00/15h30 até às 19h00, cumprindo um plano de atividades pedagogicamente ricas e qualificantes, onde tendo como ponto de partida as experiências das crianças e o despertar da curiosidade e do pensamento crítico, proporcionando um conjunto de experiências e diversas vivências, garantindo-se a sua natureza lúdica, criativa, cultural e formativa - características essenciais desta componente. Nas Interrupções Letivas decorrem das 7h30 às 19h00.

De acordo com as necessidades identificadas nos Agrupamentos de Escotas Fragata do Tejo, Agrupamento de Escolas da Moita e Agrupamento de Escolas José Afonso, por forma a dar resposta às famílias e garantir a igualdade de acesso a todos as crianças que frequentam os respetivos estabelecimentos, é premente a implementação da Escola a Tempo Inteiro, nomeadamente as AAAF e a CAF, até ao final do ano letivo 2022/2023.

Considerando, que a Escola Técnica Profissional da Moita é uma escola de natureza privada, mas com interesse público, tutelada pelo Ministério da Educação e localizada na Moita, o trabalho que a Escola Técnica Profissional da Moita tem vindo a desempenhar ao nível da diversidade, organização e realização das atividades de enriquecimento curricular (AEC) nos estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, tem tido uma avaliação positiva, conforme nos é dado a saber pelas partes envolvidas, a experiência no desenvolvimento de atividades de caráter lúdico, educativo, profissional e social e, a concordância por parte do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, Agrupamento de Escolas da Moita e Agrupamento de Escolas José Afonso, propõe-se que a ETPM - Escola Técnica Profissional da Moita inicie a dinamização e desenvolvimento da Escola a Tempo Inteiro, nomeadamente as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) para as crianças da educação pré-escolar e, a Componente de Apoio à Família (CAF) para todos os alunos do 1.º ciclo, nos estabelecimentos de educação e ensino do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, Agrupamento de Escolas da Moita e Agrupamento de Escolas José Afonso, a partir de abril de 2023.

Neste âmbito, de acordo com o número de inscrições já realizadas (47 inscrições para AAAF e 28 inscrições para CAF), propõe-se a abertura de 6 grupos para o desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e de 2 grupos para a Componente de Apoio à Família (CAF).

O valor a transferir para a ETPM - Escola Técnica Profissional da Moita será de 706,21€/grupo (até 25 crianças) referente às Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF). Este valor reporta-se ao valor transferido pelo Ministério da Educação.

Considerando os 6 grupos propostos para a abertura das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), sendo o financiamento de 706,21€/grupo, o custo mensal será de 4.237,266 (quatro mil, duzentos e trinta e sete euros e vinte e seis cêntimos).

Estima-se que a despesa, até ao final do ano letivo 2022/2023 (de abril a julho de 2023) seja de 16.949,04€ (dezasseis mil, novecentos e quarenta e nove euros e quatro cêntimos) para 6 grupos/AAAF.

Considerando que, uma gestão de proximidade por quem melhor conhece o funcionamento diário das escolas será sempre uma mais valia, a formação especializada dos elementos de cada Direção dos Agrupamentos de Escolas, a capacidade de maior envolvimento e trabalho em decisões adequadas ao contexto escolar, e a experiência da ETPM - Escola Técnica Profissional da Moita no desenvolvimento de atividades de caráter lúdico, educativo, profissional e social, propõe-se a celebração de Protocolo de colaboração tripartido entre o Município da Moita, a E T P M - Escola Técnica Profissional da Moita e o Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo | Agrupamento de Escolas da Moita | Agrupamento de Escolas José Afonso.

Face ao exposto, propõe-se a celebração de Protocolo de colaboração tripartido entre o Município da Moita, a ETPM

- Escola Técnica Profissional da Moita e o Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo | Agrupamento de Escolas da Moita | Agrupamento de Escolas José Afonso, e que os mesmos sejam presentes a reunião de câmara, para aprovação e a submissão à Assembleia Municipal.

Em anexo: 3 Protocolos de Colaboração”

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Uma vez mais, para falar sobre estas questões ligadas à educação, passou a palavra ao vereador António Carlos Pereira.

### **Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira**

Esta proposta que trazem ao Órgão é um protocolo de cooperação tripartido, naquilo que tem sido esta comissão de acompanhamento, e os trabalhos no âmbito da transferência e delegação das competências no domínio da educação, para o município e do município para os senhores diretores, a partir de contratos interadministrativos, neste caso, desta área da escola a tempo inteiro e deste protocolo, que é tripartido com este parceiro, a ETPM – Escola Técnica Profissional da Moita, com o Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, Agrupamento de Escolas da Moita e Agrupamento de Escolas José Afonso.

Compete à Câmara, promover e implementar medidas de apoio à família que garantam a escola a tempo inteiro, designadamente, as atividades de animação e apoio à família, as designadas AAAF, mas também as componentes de apoio à família, com as CAF. A escola a tempo inteiro aplica-se em estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, numa oferta de atividades de animação à família, as AAAF, mas também na componente de apoio à família, CAF. Decorrem num horário alargado, a partir das sete e meia até às dezanove, cumprem um plano de atividades pedagogicamente rico e proporcionam um conjunto de experiências e diversas vivências às crianças e jovens que delas são os destinatários, e têm natureza lúdica, criativa, cultural, informativa.

Este parceiro, que foi identificado também a partir deste conjunto de diretores dos agrupamentos de escolas que referiu, a Escola Técnica Profissional da Moita, é uma escola de natureza privada, mas com interesse público, está localizada e está sediada na Moita, portanto, foi com este acordo tripartido que foi proposto um conjunto, uma abertura e uma resposta nesta componente, de vários grupos de AAAF, atividades de animação e apoio à família, e também alguns grupos de casos de CAF, componente de apoio à família, portanto, é esta proposta, este acordo tripartido que está celebrado e em desenvolvimento até ao final do presente ano letivo, que trazem hoje ao Órgão.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e um votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar; dez abstenções da CDU.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

### **Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado Rui Pedro Garcia**

«A CDU votou esta proposta de protocolo de colaboração tripartido de forma diferente do que tinha votado anteriormente, na proposta semelhante apresentada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e dois.

Assim, na presente proposta, a bancada da CDU absteve-se, anteriormente, tinha votado conta, pois considera ter havido uma alteração positiva relativamente à entidade escolhida para prestar o serviço. Desta vez, temos uma entidade do nosso concelho, a Escola Técnica Profissional da Moita.

No entanto, a questão relacionada com a participação fixa de cinquenta euros para as crianças, cujos pais ou encarregados de educação pretendam que frequentem a componente de apoio às famílias, CAF, mantêm-se. Esta comparticipação fixa de cinquenta euros contraria o princípio apresentado na própria proposta, onde se pode ler, no segundo parágrafo da página dois, “*por forma a dar resposta às famílias e*

*garantir a igualdade de acesso a todas as crianças”*. Ora, quando se estabelece um preço fixo, de forma alguma se está a garantir a igualdade de acesso.»

### **3.10 - Redução parcial e excecional das taxas inerentes à emissão de licenças especiais de ruído, durante o período da Feira Regional de Maio e Festas em honra da nossa Senhora da Boa Viagem de 2023**

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 27/03/2023:

“O período pós pandemia Covid-19 e a guerra na Ucrânia tem motivado a necessidade de implementação de medidas sucessivas e extraordinárias, para a revitalização socio-económica do comércio em geral e dos comerciantes do, e no, concelho.

As dificuldades financeiras decorrentes desta guerra e o período de pandemia, têm mantido um efetivo condicionalismo ao refresh tão desejado na economia nacional e local.

Nalguns casos ainda persistem, noutros até com algum agravamento, impedindo os comerciantes de se afirmarem num potencial período de recuperação económica.

Os eventos da Feira Regional de Maio e Festas Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, são ícones tradicionais do nosso concelho. Nesse sentido, devemos manter e criar as condições necessárias para a sua existência e continuidade propicie diversão, alegria e, apesar de tudo, preserve e recrie a tradição aos nossos municípios.

As autarquias locais, consagradas na Constituição da República Portuguesa, são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das respetivas populações. São, para além do mais, entidades públicas com maior relevo no alcance do interesse público e do bem-estar e qualidade de vida dos seus cidadãos, entenda-se, municípios.

Pelo que, face ao exposto e considerando as dificuldades económicas e financeiras que ainda se mantêm para as famílias, empresas e, em especial, para os comerciantes, e porque é imprescindível preservar a tradição festiva no concelho, só é possível com a presença dos comerciantes nas mais variadas valências e atividade, é fundamental que este município propicie também condições para o seu exercício, isentando-os parcialmente das referidas taxas, ao abrigo da lei.

#### **Assim proponho:**

Nos termos, e para efeitos, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que se cumpra o disposto no n.º 2 e 3 do mesmo preceito e se submeta à deliberação da Assembleia Municipal, a aprovação dos critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios, designadamente:

- Isenção das taxas inerentes à emissão de licenças especiais de ruído, nos seguintes moldes:

- a) Para a Feira Regional de Maio, com a duração de quatro dias, isenção de dois dias, para cada um dos requerentes.
- b) Para as Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, com a duração de dez dias, isenção de cinco dias, para cada um dos requerentes.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Relativamente a esta proposta, passou a palavra à vereadora Sara Silva para que possa fazer a apresentação da mesma.

#### **Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva**

Esta proposta diz respeito à redução parcial das licenças especiais de ruído concedidas durante o período da Feira de Maio, e já também prevendo para as festas em honra de nossa Senhora da Boa Viagem deste ano, que são ícones tradicionais do concelho. Nesse sentido, devem manter e criar as condições

necessárias para a sua existência e continuidade, de modo a que propicie diversão, alegria, apesar de tudo, preserve e recrie a tradição aos munícipes.

Assim sendo, e considerando as dificuldades económicas e financeiras que ainda se mantêm para as famílias, empresas e, em especial, para os comerciantes, e porque é imprescindível preservar a tradição festiva no concelho, que só é possível com a presença dos comerciantes nas mais variadas valências e atividades, é fundamental que este município propicie também condições para o seu exercício, isentando-as parcialmente das referidas taxas ao abrigo da lei. Assim, propõem que se submeta à deliberação da Assembleia Municipal, a aprovação dos critérios e condições para o reconhecimento das tais isenções, totais ou parciais, designadamente, para a Feira Regional de Maio, com duração de quatro dias, isenção de dois dias para cada um dos requerentes, e para as festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, com a duração de dez dias, isenção de cinco dias para cada um dos requerentes.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Aproveitando ainda esta oportunidade, e porque estão a falar de iniciativas ligadas às festividades e à cultura, deixou o convite a todos os elementos da Assembleia Municipal, bem como a quem os assiste, para no próximo dia vinte e cinco, a partir das cinco horas, visitar o posto de turismo, todo ele intervencionado, uma vez que tiveram que fazer obras de conservação e melhoramento, quer na fachada, quer no interior, bem como na oferta que cultural que passará a ter no seu interior, ou seja, é revitalizar o posto de turismo que, há muito tempo, estava num estado de abandono. Recuperaram o posto de turismo, o que é mais uma obra que aqui deixam no concelho e, desde já, deixa o convite a todos, sendo que os senhores vereadores já foram convidados na última reunião de Câmara, mas aos senhores deputados municipais, ao público aqui presente e ao público em casa, para no próximo dia vinte e cinco, às cinco da tarde, virem visitar o posto de turismo que vão inaugurar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

#### **Deputado Elvis de Freitas do Grupo Municipal do PSD**

Queria dizer que, com muito gosto, vão acompanhar esta proposta, esta discriminação positiva da redução das taxas, mas queria deixar aqui a nota de que, na última feira, ou na última festa, neste caso, houve vários munícipes que apresentaram reclamações, até de uma forma bastante afirmativa, para não usar outra palavra, e queria pedir à Câmara e à senhora Vice-presidente, em especial, que houvesse atenção a esse aspeto, porque a festa é para as pessoas, pelas pessoas, aquela coisa “do povo e para o povo”, portanto, têm que ter esse assunto em consideração.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

A sua intervenção vai, exatamente, no mesmo sentido, para recordar que vivem num concelho que têm muita gente a trabalhar por turnos, e que é necessário ter algum comedimento, alguma contenção, no ruído que se faz, e até que horas é que se faz, porque dizerem que se pode fazer barulho até às duas ou três da manhã é uma aberração. Num concelho em que, diria, mais de cinquenta ou sessenta por cento das pessoas trabalham em turnos, que necessitam de descanso, e têm visto as pessoas que aqui têm vindo reclamar sempre que há festas, ou no final das festas, portanto, há que haver alguma contenção com isso, que é o que espera, de resto vão acompanhar a proposta a votação.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.



Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

### **3.11 - Ratificação do Auto de Transferência n.º ARSLVT/028/2023 e da Adenda ao Auto de Transferência n.º ARSLVT/028/2023**

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor, quatro votos contra, uma abstenção, e com o voto de qualidade do Presidente, em reunião da Câmara Municipal realizada em 08/03/2023:

“O Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro concretiza a transferência de competência para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Nos termos do artigo 20.º do diploma, a transferência de competências, na área da saúde, é formalizada através de um auto de transferência a assinar pelo Ministério da Saúde, as administrações regionais de saúde e os municípios.

Considerando que em 17 de fevereiro de 2023, foi celebrado o Auto de Transferência n.º ARSLVT/028/2023 e a respetiva Adenda, entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP e o Município da Moita, submetem-se os mesmos, a ratificação nos termos do n.º 3, do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Assim, propõe-se ao abrigo da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal da Moita delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, o Auto de Transferência n.º ARSLVT/028/2023 e a Adenda ao Auto de Transferência n.º ARSLVT/028/2023.

Em anexo:

Auto de Transferência n.º ARSLVT/028/2023

Adenda ao Auto de Transferência”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Trata-se, nada mais, nada menos, do que a ratificação de um ato praticado, no qual a Câmara Municipal aceita, neste caso, as competências na área da saúde. Já de uma forma informal, seja a Câmara Municipal, seja as outras autarquias, nomeadamente, as juntas de freguesia, apoiam, na medida do possível, as unidades de saúde familiar no concelho da Moita, e isto aqui, basicamente, é dar suporte legal a um apoio que, desde que o PS tomou posse da Câmara Municipal, já o dão, sempre que a ARSLVT assim o solicita. É um instrumento que lhes permitirá exercer estas e outras competências e que dá à Câmara Municipal, no futuro, a posse do edifício onde, atualmente, se localiza o centro de saúde da Baixa da Banheira, tal como o novo centro de saúde, cuja consignação das obras já foi feita e o empreiteiro já tomou posse do espaço, já fez a limpeza, já fechou a vedação, e os trabalhos vão começar em breve.

Os trabalhos das cantarias e do fecho dos vãos, que não está nesta empreitada, também já se iniciou, e quem passar por lá verá que as cantarias à volta das janelas já estão todas colocadas, agora a empresa está a executar as caixilharias de vãos envidraçados e, como quem trabalha no ramo da construção civil sabe, primeiro executam-se as cantarias, porque a tolerância das caixilharias é de milímetros, e por isso só se podem fabricar as caixilharias depois de estarem executadas as cantarias. Isto é um pormenor técnico, mas é importante também que aqueles que, todos os dias, se perguntam pelo andamento das

obras, percebam estes pormenores técnicos para que, quando olham para o edifício, saibam ler e saibam perceber o que é que está a acontecer.

Quando ficarem, e bem, com o atual edifício do centro de saúde, farão aquilo com que se comprometeram com o Ministro, que é lançar um projeto, um concurso, para que, futuramente, possam lá colocar habitação e arrendamento a custos controlados para pessoas da área da saúde. Por isso aqui, uma vez mais, quiseram receber, e querem receber, estas competências, para depois prestar um melhor serviço, naquilo que for o âmbito das competências transferidas, à população, algumas das quais já exercem, mas quase sempre de forma informal, sempre que a ARSLVT assim o solicita.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

“Queremos deixar claro que continuamos a ser contra qualquer transferência de competências da responsabilidade do Governo para as autarquias, sem a concretização de uma verdadeira regionalização.

Concretamente no que diz respeito à agora em discussão, entendemos que, para o concelho da Moita, isto não é nada bom, pois somos um dos concelhos com menor orçamento no distrito e, tal transferência de competências, sem a devida transferência financeira plurianual e apenas com previsões de aumentos salariais, e a inflação, vai criar assimetrias graves no acesso à saúde no concelho, no distrito e no país.

Acreditamos que as autarquias em geral, e a nossa, em particular, em poucos anos, deixarão de ter capacidade financeira para fazerem investimentos que, na saúde, são sempre avultados.

Também não compreendemos a decisão de passar os assistentes operacionais para a alçada da autarquia, uma vez que estes trabalham em conjunto, e em complementaridade de funções, com os restantes trabalhadores da saúde. Separá-los a nível de gestão é uma péssima abordagem que levará ao mau funcionamento do serviço.

A obediência cega do executivo à orientação governamental de concretização de transferências de toda a ordem para as autarquias, nas condições económicas conhecidas, no momento em que temos quase paralisada a frota de recolha de resíduos e monos, em que o estado das ruas e passeios é uma lástima, com buracos por fechar há meses, com os passeios a transformarem-se em matas e lixeiras, a manutenção dos cemitérios numa lástima, entre outras coisas que já estão a correr mal, com as verbas previstas para a dita transferência, só irão piorar.

Se o objetivo é passar a autarquia de maior empregador do concelho para um gíga empregador, com a intenção de ganhar votos no futuro, é bom não esquecer que os trabalhadores mobilizam-se contra salários e relações laborais péssimas, mas também contra a degradação do meio ambiente em que vivem.”

### **Deputado Eduardo Teixeira do Grupo Municipal da CDU**

Estão de acordo com muitas das coisas que o senhor Deputado António Chora disse, e uma vez que o senhor Presidente da Câmara já teve oportunidade de fazer aqui uma caricatura do que é que o PCP defende nesta questão, tem que esclarecer aqui, mais uma vez, ainda que tenham sido sempre claros sobre isso, que defendem a regionalização, tal como está na Constituição da República e que, assim acha, a maioria das pessoas presentes também estarão em concordância.

Esta transferência de competências não é mais nada do que uma transferência de ónus, de encargos e de responsabilidades que as autarquias vão assumir, algumas de forma irresponsável, outras de forma mais responsável, mas que vai ter um peso muito grande na vida das pessoas, e aqui em concreto, na área da saúde, o que estão a discutir, não é meramente o edificado, porque isto aqui parece tudo muito simples, “vamos ficar com o centro de saúde da Baixa da Banheira”, mas também vão ficar com o ónus da responsabilidade de manter, e manter é um problema, é dispendioso, e o que estão aqui hoje a fazer, e que na CDU vão votar contra, é receber seiscentos mil euros em troca disto tudo. Basicamente, é isso que está em cima da mesa, receberem quase setecentos mil euros, quando vão receber a gestão, a manutenção e conservação de equipamentos, todos os afetos aos cuidados primários, ou seja, tudo o que são centros de saúde vão passar a ser responsabilidade do município, desde a pintura à manutenção dos

ares condicionados, e se os senhores eleitos tiveram o cuidado de ler o documento, é verem o que é que vão herdar. Vejam o estado em que estão classificados os equipamentos que vêm na proposta e há poucos, ou é mínimo, o equipamento que vem bom. Inclusivamente, a questão do edificado vem, como razoável, e a palavra não é lastimável, mas é com alguns défices, portanto, é isso que vão receber.

Ainda na última Assembleia falaram do estado do edificado, por exemplo, do centro de saúde da Baixa da Banheira atual, que precisa de intervenção imediata, portanto, é isto que vão receber. Vão receber os veículos, vão receber a responsabilidade dos arranjos exteriores, a manutenção dos ares condicionados e dos AVAC, por exemplo, que são equipamentos altamente dispendiosos. É tudo isto que vão receber, e é essa a preocupação da CDU, além da gestão dos trabalhadores, que aqui nem serão tantos como noutras áreas, mas que também é uma preocupação. E depois, é tudo o que está lá e que não percebe o que é que lá está, como “competências na estrutura de decisão”, porque nem sabem se têm competências na estrutura de decisão, e esse é que é o problema, é que vão herdar competências, mas não lhes vão dar competências, e não sabe se têm competências para exercer aquelas competências, passe a redundância.

A criação de planos para a juventude, para a diabetes, para os idosos, para a mobilidade, etc., etc., etc., por exemplo, onde é que têm a massa crítica para exercer estas competências é que são coisas que o preocupam, e preocupam-no sentido mais lato até do que o próprio município, porque isto é um problema nacional, é o problema de criarem aqui um conjunto de desigualdades entre os territórios que se vão agravar. É bom que, aqui na Moita, consigam fazer o melhor para a população, mas não fica contente se os habitantes do concelho ao lado tiverem piores condições do que os habitantes do concelho da Moita, e é isso que também estão aqui construir com esta transferência de competências. E, como disse já o Bloco de Esquerda, isto não é possível fazer assim, sem uma regionalização autêntica, sem uma coordenação regional. Não é possível fazer, e é por isso que andam aqui há quatro, cinco, seis anos a dar combate a esta lei, que acham que é desadequada, uma lei que foi proposta pelo PSD e pelo PS, e que acha que vai ter consequências gravíssimas na vida das pessoas, e não é uma caricatura daquilo que já aqui foi feito.

Depois, se virem as verbas que agora são transferidas, aumentaram dezoito por cento em relação a dois mil e vinte e um, mas em dois mil e vinte e um as condições de vida não eram iguais às que têm em dois mil e vinte e três, nem os custos dos materiais, nem os custos do trabalho são os mesmos. Isto implica que quem vai ficar com o ónus da responsabilidade de congelar o investimento no Serviço Nacional de Saúde, vão ser os municípios, e já deixa de ser o governo. O Governo passa este problema para os municípios, independentemente, de ser agora o PS que está na Câmara, porque também os preocupava se estivessem na Câmara. Mantém o mesmo discurso, não mudam de discurso, quando estão na presidência ou quando estão na oposição, é o mesmo discurso, e isto é algo preocupante.

Para terminar, e já o disse na última vez, uma das consequências da descentralização é a confusão que se vai criar entre as pessoas, porque as pessoas não têm médico de família, como toda a gente sabe, pelo que apelou, mais uma vez, a todos, porque têm que refletir sobre este assunto e como é que vão dar solução a este assunto, razão pela qual têm que pôr as comissões a funcionar. As pessoas vão entender que quem gere o equipamento, gere também os médicos e isto vai criar outro problema de conflitos junto da Câmara Municipal, que não é justo e nem é desejável, portanto, estes alertas que andam a fazer há quatro ou cinco anos, e que vão manter, independentemente, da caricatura que o senhor Presidente faça da questão, e de misturar coisas, “alhos com bugalhos”, como a caixilharia, que não tinha nada a ver com esta transferência de competências e que o senhor Presidente decidiu vir aqui dar a boa notícia de que, passado estes meses todos, já está lá.

Estas coisas são sérias e têm que discutir isto com seriedade, porque não é com estas pequenas coisas como “vamos herdar”, porque não vão herdar nada, vão herdar um monte de problemas. Não vão herdar edifícios novos, altamente funcionais, portanto, não vão votar a favor desta proposta porque acham que isto é um problema para a população.

### **Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira**

Não podia deixar de pedir a palavra quando ouviu um membro da bancada da CDU fazer este tipo de comentários porque, realmente, o que tem ouvido nesta noite, após a sua intervenção, tem sido uma ironização e desprestígio das instituições locais, neste caso, das freguesias, que tinha defendido, e que continuam a ironizar, mas se o senhor deputado acha que essa é a forma correta porque não está no poder, cabe-lhe a ele saber aquilo que diz.

Há que dizer que não foram eleitos para fugir dos problemas, foram eleitos para os procurar resolver e dar o melhor serviço à população. A CDU, durante anos, aqui nesta sala, e que o próprio ouvia, e também nas assembleias de freguesia, recusava-se a aceitar as competências de manutenção e reparação.

Neste momento, e perante manifestação por parte do público, disse que, por vezes, quando se fala o que quer, depois pode-se ouvir que não quer, e que agradecia também um pouco de respeito, pelo menos, quando estão aqui. Depois, lá fora, poderão ter outro tipo de conversa, falar e desabafar todos, porque todos têm coisas para dizer, mas aqui pede um bocadinho de respeito para quem assiste, e porque também gostava de não ser interrompido, porque depois perde o raciocínio, as coisas não saem bem, e é um bocado chato porque não conseguem defender as suas convicções.

A CDU, durante anos, foi contra as competências das escolas, e sabia que havia uma data limite para aceitar as competências das escolas preparatórias e secundárias. Felizmente, não ganhou as eleições, mas deixou um problema muito grande e teve que, num curto espaço de tempo, ser este executivo da Câmara a resolver um problema, a assumir centenas de funcionários. A tratar de tudo, porque, se não se engana, era em fevereiro a seguir às eleições, e a CDU nunca tratou de nada. Sempre lavou as mãos, “não queremos e não queremos”, e isto é de salientar.

Os eleitos locais, hoje em dia, estão cá para resolver o problema para as populações, e foi para si, enquanto representante da Junta de Freguesia da Moita, com enorme gratidão, que aceitaram os trabalhos de manutenção. Já tinham das escolas básicas e jardins de infância, que já vinham de mandatos anteriores, e que também têm muitos problemas que não sabiam que lá estavam, e estão a tentar resolvê-los, um a um, das escolas básicas de segundo e terceiro ciclo, e as secundárias. Se têm problemas, têm problemas. Uns são graves, outros menos graves, mas é para si um enorme orgulho, perante a população que acreditou na candidatura do seu executivo, poder estar a resolvê-los, um a um. É para isso que está eleito, para resolver os problemas da população, e só tem que congratular esta proposta porque não estão cá para fugir aos problemas, estão cá para resolver os problemas, até onde conseguirem. Se não for num ano, é em dois ou em três, ou seja, aqueles que forem necessários.

E mais uma coisa, a Junta de Freguesia da Moita estará disponível, se assim o município entender, tal como aconteceu com as escolas desta freguesia, para assumir o papel de manutenção e reparação no centro de saúde da Moita. Estão, totalmente, ao dispor, para celebrarem um protocolo de delegação de competências, e com todo o gosto, para fazerem o melhor que puderem pelas pessoas que vão ao centro de saúde, e uma vez que tem lá andado a fazer uns tratamentos, bem ouviu umas queixas de que precisam da proximidade das autarquias locais para resolver os problemas. E estão cá. O próprio está cá.

Já agora, e para terminar, quando o senhor Deputado fala que vem aí montes de problemas, “mas vamos fugir a eles, porque isto...”, cuidado. Na cláusula primeira, no que respeita à alínea b) e c) do número um do Auto de Transferência, e atenção porque isto é uma salvaguarda para todos, “*não se incluem valores de investimento relativos a obras de reabilitação do edificado a transferir, bem como os contratos de prestação de serviços especializados obrigatórios*”, ou seja, aqueles que poderão ser renegociados quando terminarem. Atenção, esta cláusula salvaguarda os investimentos que, aí sim, se podem tornar inadmissíveis, para um município, ou mesmo para uma freguesia. Se assim o assumirem, tudo isto é salvaguardado, por isso, só poderá estar a favor desta proposta.

O Partido Socialista, e o poder local que hoje em dia está instituído no concelho da Moita, está cá para resolver os problemas da população, não está cá para fugir, ou para dizer que podem vir aí grandes problemas, porque nas escolas estão grandes problemas, e está a ser um gosto e um orgulho poder resolver, estar ao lado dos professores, dos diretores, dos funcionários, dos alunos e dizer “estamos aqui e estamos a resolver os vossos problemas até onde conseguirmos”, quando não conseguirem vão a outras instâncias pedir para os apoiarem, para ajudar e para resolver os problemas, por isso votará a favor.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perante solicitação, passou a palavra à Câmara Municipal.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

É só para reafirmar e saudar, nomeadamente, a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia, Fabrício Pereira, porque é disso que, realmente, precisam aqui nesta casa, que quem vai fazer as intervenções leia, efetivamente, as propostas, e leia as propostas todas, como elas são, do início ao fim, para poderem, de uma vez por todas, versar e discutir sobre o que aqui trazem e não sobre o que uns acham que aqui é trazido, ou que alguns trariam. porque houve todo o cuidado por parte da Câmara Municipal em salvaguardar aqueles que eram os interesses do município, ou seja, deixar de fora todos aqueles investimentos que não caberão, certamente, ao município e que caberá à ARSLVT, e daí a adenda.

Uma vez que podem não ter lido, ou saltado esse documento, saúda a intervenção que foi feita, porque espera que cada um vote em consciência o documento que aqui apresentaram, e não votem um documento que, dogmaticamente, alguns pensam e trazem aqui consigo, já há muito tempo, que não é o documento da Câmara Municipal. O documento da Câmara Municipal traz uma adenda que salvaguarda todas essas questões.

Uma vez que é a vereadora Anabela Rosa que tem acompanhado, e saudando-a por todo o trabalho que tem feito nesta matéria, sendo que foi, pessoalmente, a cada um dos centros de saúde, acompanhar as equipas, para lá de todo o trabalho, que fizeram ao longo do tempo, e fez questão de visitar cada um dos centros de saúde, tal como o próprio já tinha feito, para acompanhar e, juntamente com os técnicos da ARSLVT, estar em cima do acontecimento, passou-lhe a palavra.

### **Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Rosa**

Aquilo que queria dizer é que, de facto, este tem sido um processo que tem sido acompanhado, ainda não está concluído, nem vai estar, porque vai ser um processo longo, vai ter um caminho de acompanhamento e vai ter uma fase de transição. Têm reunido tanto com o ACES Ribeirinho como com a ARSLVT, e estão em fase de constituição, para a qual já foi solicitada a indicação dos elementos, da comissão de acompanhamento e monitorização, e será essa comissão que irá trabalhar com a Câmara, sob o compromisso de que esta verba será ajustável consoante as necessidades que se forem verificando no concelho, designadamente, ao nível do edificado, porque essa também é a grande preocupação do executivo. Ficou ressalvado, como aqui já foi dito, na adenda, a questão dos investimentos e das grandes obras que possam vir a ser necessárias, bem como outros contratos de carácter mais especializado, e que não constam no auto de transferência.

Dizer também que esta verba de seiscentos e noventa e um mil euros duzentos e dezassete pode transitar entre rubricas, e que têm indicação que, para além dos dez assistentes operacionais que irão acolher no mapa de pessoal do município, poderão ainda fazer a contratualização de mais dois, e que também consta do auto transferência, porque uma das pessoas rescindiu o contrato e a outra aposentou-se.

Há agora que referir também que já apoiam os centros de saúde, já apoiam a população com algumas medidas no âmbito da saúde, por exemplo, o ano passado celebraram dois protocolos com o ACES Arco Ribeirinho, algo novo que não existia, para que uma unidade móvel do ACES Arco Ribeirinho, que estava situada no concelho do Montijo, agora venha, praticamente, todas as semanas ao concelho, para fazer alguns rastreios, e é acompanhada pela equipa do serviço de saúde ocupacional, algumas vezes, também com enfermeiros de literacia em saúde do ACES. Todas as terças-feiras do mês, a unidade móvel de saúde desloca-se a alguns locais mais distantes, mais rurais e mais distantes dos centros urbanos, para dar apoio àquelas pessoas que, eventualmente, tenham alguma dificuldade em se deslocar aos centros de saúde. Iniciaram em meados de setembro do ano passado, só com a deslocação à Barra Cheia e ao Penteado, mas em janeiro deste ano, decidiram acrescentar as localidades do Chão Duro e Arrozeias às outras duas, num total, até março, de acordo com os dados que recolheu do relatório trimestral, duzentos e trinta e dois utentes e munícipes atendidos, e sem contar com os números de abril e maio, portanto, consideram que esta é uma boa medida, e têm tido um feedback muito positivo por parte da população a esta medida, que não existia.

Também já estão a prestar apoio ao nível dos domicílios das equipas dos centros de saúde, porque também celebraram um protocolo de cedência de viaturas para os cuidados ao domicílio, portanto, já se apoia os centros de saúde também a esse nível e, conseqüentemente, os utentes do concelho.

Estão também a adquirir uma plataforma elevatória para o centro de saúde de Alhos Vedros, que muito irá contribuir para o acesso ao primeiro piso, tendo em vista conceder alguma utilidade àquele espaço que não tem sido utilizado.

Dar também informação que a unidade de saúde do Vale da Amoreira já passou a USF de modelo B, portanto, não têm utentes sem médico de família, e também que, em contato com o ACES Arco Ribeirinho, há um procedimento para colocação de médicos recém especialistas, para dar cobertura aos utentes que não têm médico, em cada uma das unidades de saúde do concelho da Moita, sendo, para o CSP de Alhos Vedros, cinco vagas, para o CSP da Baixa da Banheira, oito vagas, e para o CSP da Moita, seis vagas. Quanto às medidas para os utentes sem médico de família não virem de madrugada para o CSP da Baixa da Banheira, foi definido que as senhas para consultas seriam distribuídas a partir das doze horas. Em relação aos contactos telefónicos com a referida unidade, encontram-se definidos horários específicos para atendimento aos utentes com e sem médico de família. Portanto, é preocupação do executivo, manter-se informados sobre o que se está a passar nos centros de saúde, e estão em contato constante

com o ACES Arco Ribeirinho, e agora também, por causa deste processo de transferência de competências com a ARSLVT.

Não se esqueceram da população do concelho, querem que, realmente, estas vagas sejam preenchidas, para bem de todos, porque também são utentes dos centros de saúde, não são só as outras pessoas. Estão aqui, fazem parte da população, e querem, realmente, o melhor para todos e que, inclusive, o novo centro de saúde da Baixa da Banheira esteja construído e concluído o mais rapidamente possível.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezanove votos a favor, sendo quinze do PS, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar; doze votos contra, sendo dez da CDU, dois do BE.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

#### **Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora**

“Os eleitos do Bloco de Esquerda, analisado este auto de transferência na área da saúde, consideram três questões fundamentais:

- Sempre defendemos que não consideramos boa prática as transferências de responsabilidades governamentais para as autarquias, sem uma verdadeira regionalização.
- Sempre considerámos que a saúde tem que ser da responsabilidade do Estado central, como garante do acesso, em condições de igualdade, em todo o país, e não aplicada por um sistema concorrencial entre concelhos com mais ou menos poder económico.
- Consideramos que o deficiente financiamento desta transferência terá graves consequências no desenvolvimento futuro do concelho, pois os seiscentos e noventa e um mil duzentos e dezasseis euros, previstos neste auto, não considera despesas com seguros, de medicina do trabalho, de diuturnidades dos trabalhadores que passam para os quadros da autarquia, entre outras, como poderemos verificar no anexo sete deste auto.

Pelas razões atrás expostas, o nosso voto foi contra a ratificação do auto de transferência na área da saúde por parte da autarquia.”

#### **Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Figueiredo**

«A nossa declaração de voto é bastante semelhante à que foi feita pelo Bloco de Esquerda, como é natural, já que, estruturalmente, neste assunto, temos uma opinião bastante semelhante, portanto, é em consciência, sem dogmas e sem qualquer tipo de populismo, que nós dizemos que este tipo de transferências, como está bem demonstrado no auto de transferências que agora aqui foi apreciado, significa um empurrar, não de competências, mas de despesas para os municípios. O que nós assistimos aqui neste município é a um aceitar, de um modo cego, tudo aquilo que vem do Governo, o que não acontece em outros municípios, inclusive, da mesma cor política, já que, há um ano, quando não era obrigatório aceitar a transferência de competências, apenas vinte e oito por cento dos municípios o tinham feito, e, nesta altura, apenas cinquenta o fizeram.

E nós dizemos que é sem dogmas e em consciência, porque nós, na CDU, nos mandatos em que aqui estivemos, sempre estivemos disponíveis em colaborar com o Estado central na melhoria das instalações de qualquer serviço que aqui estivesse. Os exemplos são vários, o Centro de Saúde da Baixa da Banheira é um deles. Os senhores, riem-se, mas os vossos eleitos na Câmara Municipal, quando aqui era discutido o PIDDAC, votavam contra a construção do centro de saúde da Baixa da Banheira, assim como votavam

contra a construção do centro de saúde da Baixa da Banheira cada vez que era proposto na Assembleia da República. Nós nunca o fizemos.

Nós não só nunca o fizemos, como tínhamos terreno à disposição, como pusemos os serviços da Câmara a trabalhar com o ministério para construir o centro de saúde na Baixa da Banheira, e como fizemos, por exemplo, também na construção do pavilhão da escola secundária José Afonso, num processo de colaboração com o ministério da Educação, mas essa colaboração foi só até determinado ponto. A Câmara construiu e depois, a própria Câmara, teve que colocar o Governo em tribunal para receber o dinheiro que lhe era devido. É este histórico que nós temos, e é um histórico da lei do financiamento das autarquias que nunca foi cumprida, aliás, o senhor Primeiro-ministro António Costa fez uma nova lei e disse “pronto, qualquer dia vamos cumprir”.»

Portanto, nós temos trabalho feito, temos a consciência de que estes processos, sem uma verdadeira discussão de tudo aquilo que são as competências do Estado, sem um processo de regionalização, sem um processo abrangente de distribuição das competências do Estado entre autarquias, entre Estado central e entre regiões, isto não funciona. O que está a acontecer é empurrar para os municípios aquilo que são competências inerentes ao Estado, porque é o Estado central que tem a obrigação de garantir que os serviços públicos são prestados a todos, nas mesmas circunstâncias. Não o faz agora e não o vai fazer com esta transferência de competências, porque o que vai fazer é fazer depender a prestação dos serviços públicos dos orçamentos municipais, e nós sabemos que na nossa lei, os orçamentos municipais diferem bastante de município para município, mesmo dentro das mesmas regiões.

Portanto, nós, mais uma vez, em consciência, sem dogmas e sem populismos, estamos contra este processo, sendo que sempre aceitámos colaborar com todas as instituições para a melhoria dos serviços públicos no nosso concelho.»

### **3.12 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da al<sup>a</sup> c) do n<sup>o</sup>2 do art. 25<sup>o</sup> da Lei n<sup>o</sup>75/2013)**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pedi ao Presidente da Câmara que fizesse a apresentação do Relatório da Atividade Municipal.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Mais uma vez, o relatório é extenso, refere-se a três meses de atividade municipal, e porque acredita que todos tiveram oportunidade de o consultar, colocou-se ao dispor da Assembleia para alguma questão que queiram colocar, relativamente a alguma destas áreas específicas.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir e informou que ia encerrar, desde já, as inscrições.

Colocado o relatório à discussão intervieram:

#### **1<sup>o</sup> Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Sobre os atos da Câmara, que dizer que reconhece que muita coisa tem sido feita e melhorada no concelho. Há muita coisa para fazer, como não podia deixar de ser, mas há coisas que têm que acelerar. Referiu a situação em que estão os cemitérios, referiu a situação em que está a recolha de lixo, porque fala com os trabalhadores e dizem-lhe que não há carros, que os carros estão parados, estão avariados, que são de noventa e nove, mas a verdade é que nem há peças para repará-los, melhor, haver há, só que não são adquiridas, esse é que é o grande problema. Outra coisa que os trabalhadores lhe dizem, porque nem tudo no passado, e aqui falando para o senhor Presidente da Câmara, era assim tão mau, é que quando tinham um problema com falta de peças ou outro, ligavam ao vereador e o problema resolvia-se. Hoje em dia, não conseguem ligar ao senhor Presidente, que é o responsável por aquela área, e as pessoas que estão lá têm grandes dificuldades em resolver as questões.

Pensa, e deixa aqui como sugestão, que o senhor Presidente devia fazer aquilo que já fazem muitas empresas privadas, que é, uma vez por mês, solicitar aos trabalhadores que indicassem dois ou três colegas para virem falar com o senhor Presidente, tirar uma hora naquilo a que chamem, por exemplo,

“café com o senhor Presidente”, para se inteirar não só dos “yes man’s” que, eventualmente, possam vir colocar as questões, mas ouvir também aquilo que os trabalhadores têm para dizer de sua justiça a respeito do serviço que estão a desempenhar.

A segunda questão tem a ver com o facto de ter sido eletrificada, ou iluminada, a rua Carlos Santos Costa, na Baixa da Banheira, que era chamada de rua da vacaria, e acha muito bem, finalmente, está bem feito, e por isso começou a sua intervenção dizendo que as coisas vão sendo feitas, mas há algumas graves, e daí levantar outra questão porque na rua da Amizade, entre a rua Ville Plaisir e a rua do Parque Desportivo da Quimigal, não é uma rua, é um buraco com nome de rua. É um buraco com nome de rua, pertence à Baixa da Banheira, e sendo da Baixa da Banheira, pelo menos até à outra que muda de nome para rua do Parque Desportivo da Quimigal, é urgente haver ali uma intervenção porque, neste momento, entre as oito e as nove horas, para ter acesso ao Barreiro, as pessoas da Baixa da Banheira estão completamente condicionadas e apertadas, há filas que chegam a ter mais de um quilómetro, tanto para o lado da Quinta da Lomba, como para o lado do chamado cruzamento da Quimigal, e o resultado é as pessoas tentarem fugir por ali, mas fugir por ali é ter que andar com o carro às costas, ou chegar ao fim da rua sem carro.

Portanto, este trajeto da rua Ville Plaisir não é responsabilidade só deste executivo, é uma responsabilidade já muito antiga, de todos os executivos, mas é este que está agora à frente da Câmara, pelo que está a dizer, como já tinha dito no passado, que é preciso, e é urgente, reparar aquilo, ou pelo menos tapar os buracos onde cabem carros inteiros.

### **Deputado Municipal Independente João Gaspar**

Primeiro, gostaria de falar sobre uma atividade que não sendo bem deste trimestre, está lá a parte em que foi apoiado, e que se prende com a romaria a cavalo da Moita a Viana do Alentejo, porque gostaria que tivessem em consideração que essa romaria pouco traz de retorno ao comércio local, e acha que a Câmara deveria ter isso em consideração e tentar organizar a romaria de uma maneira diferente, de forma a que também aqui pudessem ter não só uma participação em termos de trabalho e dinheiro, mas também ter algum retorno ao nível do comércio local e da população, para que pudesse ser mais participativa, porque acabam por sair de manhã e, tirando o tráfego que congestiona as estradas, não têm mais nenhum feedback.

Aproveita este momento, e é também por isso que está aqui, para congratular a comissão permanente de educação pelo trabalho que fizeram esta semana, e que é a única comissão que está a trabalhar, gostaria de congratular a funcionária da Assembleia, que tem sido incansável, agradecer ao senhor Presidente da Assembleia, ainda que não esteja, de momento, presente, e agradecer também à Deputada Municipal Mónica Ribeiro, coordenadora da comissão, que foi incansável, aliás, todos os membros da comissão permanente de educação têm sido incansáveis, e queria dar este agradecimento publicamente à funcionária da Assembleia, às escolas e aos alunos que os receberam.

Aqui, gostaria de colocar uma questão, não tanto à Câmara, mas à Assembleia Municipal, para saber porque é que, passados dezoito meses, não há outras comissões a trabalhar, e acha que deveriam debater isso. Sabe que não é este o momento, mas antes não teve outra hipótese de falar, daí ter aproveitado para o fazer desta forma.

### **Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS**

Quer expressar, ao senhor Presidente da Câmara, a sua satisfação por verificar que, por vezes, pequenas intervenções são de grande interesse para as pessoas, nomeadamente, quando se trata da segurança das mesmas. Não foi por ter sido uma reivindicação sua, em sede da Assembleia Municipal há dois anos, mas ficou muito satisfeito, e as pessoas que ali têm que passar, nomeadamente, as pessoas mais idosas que moram naquele local, pediram que agradecesse ao senhor Presidente e ao executivo. Uma coisa simples, mas que mostra a sensibilidade para estas questões que são importantes. O passeio norte do largo Conde Ferreira, onde um contentor da Câmara Municipal ocupava o passeio, e agora, alinhado com os da Amarsul, devolve o passeio às pessoas e a segurança, porque não tem que ir pela berma da estrada para passar. Hoje, quem entra e sai do estacionamento nas traseiras da Câmara Municipal, tem outra facilidade, outra segurança, porque está o dobro do espaço, o que também lhe pediram para agradecer.

Aproveita também para manifestar a sua satisfação pela forma como, com inteligência, e tendo todos conhecimento de que havia toda uma panóplia de problemas para que fosse desbloqueada a situação no centro de saúde da Baixa da Banheira, e que foi mais uma obra que é possível graças a um financiamento de um governo do Partido Socialista, e foi a gestão do Partido Socialista da Câmara que desbloqueou a



construção daquela obra, porque isto não era, como muitos diziam, ou queriam, “vamos lá embora, venha lá o dinheiro, isto é só vir o dinheiro e toca andar”. Não, havia toda uma panóplia de obstáculos que, com inteligência, com calma, com responsabilidade, foram ultrapassados.

#### **Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE**

Gostaria de intervir no sentido de enaltecer o facto da Câmara Municipal ter, durante o mês de abril, iluminado o edifício dos Paços do Concelho com a luz azul, conforme solicitado pela CPCJ, e o senhor Presidente acompanhou a formação do laço azul, portanto, agradece, em nome de todos os outros elementos da CPCJ, o facto do executivo ter participado, também os elementos das forças de intervenção, a PSP e a GNR, que foram completamente incansáveis, e ainda a universidade sénior. No entanto, a nível da população, notou-se que tinha havido pouca divulgação pelo que, se calhar, seria bom, para o ano, que a divulgação fosse feita mais atempadamente, de forma a conseguir que a população, em geral, possa acorrer ao evento, porque é um evento importante.

Também quer congratular a Junta de Freguesia de Alhos Vedros que, em conjunto com a CACAV, fez uma atividade extraordinária no dia vinte e dois de abril, à noite, um espetáculo que, nomeadamente, teve a participação de um coro que se deslocou de Lisboa, com mais de cem elementos, espetáculos de música, dança, poesia. Realmente, quer a própria Junta de Freguesia, quer a CACAV estão de parabéns, mas sentiu pena e mágoa por outros eleitos não estarem presentes, nomeadamente, a nível desta Assembleia.

Ainda em relação ao 25 de Abril, há uma coisa que não pode deixar passar em claro, porque esteve presente, no dia vinte e quatro de abril, no concerto que foi efetuado no parque da Baixa da Banheira, e no fim do concerto, para seu espanto, à meia-noite começou o fogo de artifício e não ouviu cantar, em uníssono, o “Grândola Vila Morena”. E isso, realmente, chocou-a e chocou porque os símbolos têm uma importância vital na comunidade. O “Grândola Vila Morena” é um símbolo de Abril, e aquilo não era uma festa só por ser uma festa, era uma festa com um significado fortíssimo, e nunca, em toda a sua vida, tinha participado num 25 de Abril em que não tivesse ouvido cantar, em uníssono, em comunhão, com todos os munícipes, o “Grândola Vila Morena”, e esta era uma nota que queria deixar aqui.

Um assunto completamente diferente, é o facto do pinhal das Fontainhas, no Vale da Amoreira, estar com o mato a uma altura imensa, sendo que estão numa altura do ano em que é perfeitamente possível poder existir um incêndio, porque com o mato com aquela altura, coisa que também nunca viu nos anos anteriores porque, geralmente, como se verificavam as festas do Vale da Amoreira, em junho, até lá aquele pinhal estava limpo, e este ano isso não se está a verificar, e agradecia que isto fosse levado em consideração, porque correm ali o risco de um problema bastante sério.

#### **Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS**

Queria alertar o Deputado João Figueiredo porque, certamente, não ouviu a intervenção da Deputada Mónica Ribeiro da CDU na última reunião, porque é muito triste ver aquilo que se passou aqui, ao chamar mentiroso ao senhor Presidente. É muito triste. No passado, nunca viu ninguém chamar mentiroso a um presidente da CDU, nunca viu, mas têm que estar preparados para estas coisas todas. E é bom recordar que, no passado, nas comemorações do 25 de Abril, só falavam os eleitos da CDU, desta vez, todas as forças políticas puderam intervir.

Quer congratular a gestão autárquica do concelho da Moita, pela iluminação pública na rua das vacarias, junto à escola profissional, e a preocupação com o uso eficiente no consumo de água, que é uma preocupação com a qual todos se devem responsabilizar.

Por outro lado, e o que acha muito estranho, ficou com a sensação de que a CDU não quer que se faça o centro de saúde da Baixa da Banheira. Não quer. Adjudicaram o edifício a uma empresa que, do ponto de vista financeiro, não tinha condições para fazer a obra, e agora que a obra está adjudicada continuam a manifestar-se contra, o que é, realmente, estranho.

#### **Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas**

Queria começar por agradecer à Deputada Municipal do Bloco de Esquerda o facto de reconhecer que a freguesia de Alhos Vedros esteve muito bem, em parceria com a CACAV, naquele evento cultural que promoveu no dia vinte e dois, comemorativo do 25 de Abril, neste caso, no núcleo cultural José Afonso, mesmo junto aos painéis de azulejos do Luís Guerreiro, ao ar livre, e que foi, de facto, um evento muito bem composto, em que estiveram cerca de duzentas pessoas.

E, neste sentido, inverte a sua intervenção, para apelar e sensibilizar a Câmara para a necessidade de apoio que as freguesias têm em relação às suas atividades culturais, na organização dos seus eventos culturais. Como é bem sabido, a freguesia de Alhos Vedros, das quatro freguesias e uniões de freguesias, é a terceira que tem o orçamento mais reduzido. A União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira tem quase o dobro do orçamento, e a Junta de Freguesia da Moita também tem um orçamento bem superior ao de Alhos Vedros. Sabem também que tanto a Baixa da Banheira, como a Moita, mas mais a Baixa da Banheira, tem o Fórum Cultural José Manuel Figueiredo, onde há uma atividade cultural e musical como não há noutro ponto do concelho, naturalmente, na freguesia de Alhos Vedros, querem o apoio da Câmara, e pediram apoio logístico à Câmara para a organização dos seus eventos. É frequente isso acontecer, mais nesta altura, porque no inverno não têm onde os fazer, porque não têm nenhum núcleo cultural, não têm nenhum espaço, e isso espera, brevemente, vir a ser resolvido, porque já têm o ok da Câmara para lhes ceder um lote e, eventualmente, com uma candidatura, poderem construir, futuramente, junto ao Bairro Gouveia, e daqui a dois, três anos poderem fazê-lo, e sensibilizar a Câmara porque precisam de apoio, precisam de ajuda, não só apoio logístico, mas também apoio financeiro.

Em relação à iluminação pública, houve melhorias na freguesia de Alhos Vedros, em março foi iluminado, e há muitos anos que era necessário, o parque dos Pinheiros, em que oitenta por cento da iluminação era de um dos lados, em cinquenta por cento do parque, a zona mesmo de parque infantil só tinha um foco de iluminação e, neste momento, estão lá mais cinco, portanto, houve uma intervenção, em que a Junta pediu à Câmara, a Câmara pediu à E-redes e já se concretizou, por isso dar os parabéns à Câmara, por mais este compromisso com a iluminação pública, num parque em que a população salientava esta importância há muitos anos.

Por último, e o que até parece que é um *dejá vu*, vai falar um bocadinho sobre os esgotos de Alhos Vedros, para dizer que fez algumas reclamações, e também comunicou com a Câmara, em março e abril, mas mais em abril, e a Câmara ajudou e colaborou no sentido de apurar o que é que se estava a passar, e as descargas tinham sido das estações de tratamento da Simarsul, na Vinha das Pedras. Marcou uma reunião, onde depois lhe referiram para fazer uma visita à estação de tratamento da Vinha das Pedras, e identificou-se ali um conjunto de problemas, que depois vai reportar à Câmara, para os tentar ajudar a resolver, colaborar, porque tem que haver mais investimento. Tem que haver planos de emergência nas duas centrais, uma delas até desconhecia a sua existência, que fica por trás dos Amigos do Mar, uma micro central, e ainda que não tenha a ver com a Câmara, a Câmara também tem a sua responsabilidade, pelo menos de colaborar, porque têm muitas reclamações da população, porque as descargas são frequentes. E agora, porque aquela associação já pretendia, há muitos anos, ter desportos náuticos, ainda vão começar algumas atividades, pedia a ajuda da Câmara, e sensibilizava a Câmara neste sentido, para os ajudar a resolver os problemas ou, pelo menos, mitigar os problemas de descargas no rio Tejo, em Alhos Vedros.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Vê, com agrado, que o senhor Presidente da Câmara agora valoriza um documento que, em tempos, chamava um “monte de palha”. Ainda bem que os tempos mudaram e agora já é um documento importante.

Leu, no documento, que foram recolhidas algumas centenas de sacos de entulho no município, mas também tem informações de vários municípios, não foi só de um, de que os sacos de entulho demoram meses a serem recolhidos, e também tem indicação que existem várias situações que são reportadas para a aplicação e que não são resolvidas, portanto, vai tentar aqui expor uma ou outra.

Antes disso, foi-lhe reportado por uma pessoa, que foi ao Balcão do Município, na Baixa da Banheira, relatar um assunto já com algum tempo, de uma colónia de gatos nas traseiras do número dezoito, na rua do Minho, na Baixa da Banheira. A Senhora já tentou, por várias vezes, contactar o município, e foi ao Balcão do Município onde lhe disseram que teria que se deslocar ao próprio edifício dos Paços do Concelho, e acham que este não é o procedimento adequado. A alteração que fizeram, nos mandatos passados, de criação de balcões do município, foi, exatamente, para evitar que as pessoas se deslocassem, por estes e por vários motivos, aos Paços do Concelho, e que pudessem, cada uma das freguesias, tratar das questões que dizem respeito às freguesias, portanto, queria deixar esta nota de modo a que esta situação possa, de algum modo, ser revista e que possa também ser dada atenção a esta questão das colónias de gatos, que começam a aparecer outra vez, com mais evidência, pelo menos na freguesia da Baixa da Banheira, que é a que vê, e esta, em particular, nas traseiras da rua do Minho, porque os gatos entram nos quintais e criam problemas de higiene.

Sobre o túnel antigo de acesso à estação da Baixa da Banheira, que foi pintado, foi limpo, melhorou, mas há um pormenor para o qual chama a atenção, e este que vai dizer é apenas um pormenor, porque quem conhece aquele túnel de acesso ao antigo apeadeiro da Baixa da Banheira, acesso esse que foi cortado pelas obras da REFER, mas mantiveram-se lá as placas a indicar qual era a linha em direção ao Barreiro e a Setúbal, e essas placas, que tinham uma memória histórica do local, foram retiradas. É, portanto, uma nota, e se fosse possível, se elas estiverem guardadas, no seu ponto de vista, acha que era algo que se devia manter, exatamente, por esta questão da memória histórica. Não sabe se é possível, mas se for achava que seria interessante.

No entanto ainda sobre o túnel, não se lembra se foi na última sessão da Assembleia da Assembleia Municipal ou se foi na outra anterior, veio aqui alguém falar, mas já tinha falado nisso, que a iluminação do túnel, na parte superior das escadas que dão acesso à rua 25 de Abril, estava desligada, que estava, constantemente, desligada e, a semana passada, pode verificar que continua desligada. Não sabe se hoje está, mas na semana passada estava.

Outra questão que verificaram esta semana, é que as obras na estrada nacional da Baixa da Banheira que estão, assim espera, na fase final, a ser terminadas e a obra poder ser entregue, neste momento, estão numa fase em que se vão colocar um conjunto de barreiras, pelo modo como está o mobiliário urbano, que impedem o bom acesso das pessoas aos caixotes do lixo, fazem com que as pessoas, em muitas situações, tenham que ir para a própria estrada nacional para despejar o caixote do lixo. Tentou saber junto dos seus camaradas que estavam no mandato anterior com responsabilidade executivas, se aquilo, realmente, tinha sido assim desenhado no projeto, e a resposta que teve é que não foi. Se tivesse sido, estava cá a dizer que lamentava, porque tinha sido um erro da CDU, e que quem está cá agora teria obrigação de o corrigir. Felizmente, não foi, mas não quer dizer que não se corrija.

O que estava previsto era algo com outro material, e diz já que a mudança de material é positiva, porque o material que foi escolhido, que é um plástico reciclado, é uma excelente solução, melhor do que aquela que estava, mas a dimensão com que foram feitos aqueles resguardos para os caixotes de lixo é muito maior do que aquilo que estava projetado, e cria problemas às pessoas. O que solicitam é que esta situação seja revista, e que a Câmara possa alterar o que está a ser feito, rapidamente, para não dificultar o acesso da população aos caixotes de lixo, porque isso só vai levar àquilo que todos sabem, que é as pessoas usarem indevidamente os pontos de deposição do lixo. As alterações podem ser feitas, e o senhor Presidente já disse que fizeram várias, aliás, fizeram nas próprias gares dos contentores, que fizeram, refizeram e voltaram a fazer, e houve aqui uma série de indecisões que, certamente, terão tido impacto nos custos da obra, mas é uma questão de boa gestão ou da falta dela.

Quer aproveitar a ocasião para dizer ao Deputado João Gaspar, que falou ainda há pouco acerca das comissões, e é verdade, a comissão que o próprio coordena está também em falta, que vai ou entrar em contato com todos os membros da comissão, e com o Senhor Presidente da Assembleia, com quem já tinha falado cerca disso, para que a primeira reunião se realize este mês, para preparar os trabalhos para o resto do mandato.

#### **Deputado Rodrigo Pedro do Grupo Municipal da CDU**

Traz uma recomendação, um alerta, quanto ao troço da ciclovia entre o Gaio e o Rosário, porque, como é sabido, aquela estrada só tem um sentido, no sentido Rosário - Gaio, e por mais que uma vez, se calhar, uma dezena de vezes, e aconteceu-lhe na semana passada, os automobilistas fazem da ciclovia a faixa da direita, ou porque não reparam na sinalização que está no início da estrada, que é de sentido único, por distração ou por má sinalização, não sabe. Ia a caminhar e um automobilista buzinou-lhe, ultrapassou-o e continuou na faixa da direita, que era a ciclovia. Também já viu, nessa estrada, junto ao parque das Canoas, porque existe ali uma zona que tem a estrada, tem o estacionamento e tem a ciclovia, uma pessoa que tentou passar entre o estacionamento e o passeio pela ciclovia.

Não sabe qual é a forma de solucionar, se é colocar pinos, se é pintar a ciclovia, se é mudar a sinalização, mas isto é só um alerta para que nada de grave aconteça, porque já por várias situações esteve iminente acontecer.

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Quer também assinalar como positivo, e felicitar a autarquia, pela colocação da IP na rua Carlos Santos Costa que, de facto, foi uma boa iniciativa. Não mora ali ninguém, mas passa ali muita gente, e daí também dizer que ali faz falta um passeio, pelo menos de um dos lados da rua, e também deixa aqui a sugestão

ao Senhor Presidente, para completar essa obra maravilhosa de iluminação pública com um passeio, o que também melhora muito a segurança dos peões.

Mas, aproveita também para colocar uma questão que já tinha colocado aqui há uns meses atrás, numa reunião da Assembleia, sobre a questão da IP, que é o facto de, na rua José Gomes Ferreira, ter disso derrubado um poste de iluminação pública, já há uns meses, motivado por um acidente automóvel que houve junto à escola do primeiro ciclo, e , passado todos estes meses, continua por colocar. Está lá um tubo vermelho a sair, mas o poste nunca mais lá foi colocado.

Coloca também outra questão da IP, porque também passa muita gente, nomeadamente, quem vem da Fonte da Prata, no topo sul da caldeira da Moita, junto ao lar da Santa Casa e ao Matão, porque há ali uma série de candeeiros, daqueles mais pequenos, que também estão todos apagados há bastante tempo, seguramente, há várias semanas, e não sabe se foi reportado à empresa, mas a Câmara deve reportar essa situação.

Coloca também uma questão, não relacionada com a iluminação pública, mas que tem a ver com esta interrupção da estrada junto à estação elevatória de águas residuais, na caldeira da Moita, onde, depois de uma reparação mal sucedida, abriu de novo um buraco. O senhor Presidente já disse que o LNEC está ali a fazer uns estudos, e não sabe qual é o ponto de situação, mas aquilo precisa, neste momento, é de resolução, porque, como devem saber, aquele desvio de trânsito já está há tempo a mais pelo lado do Centro Náutico, está a danificar outras infraestruturas, está a tirar lugar de estacionamento, e carece, realmente, de uma resolução.

Quanto à questão do uso eficiente da água, e ficaram a saber, de facto, que não foram feitas grandes reparações ou substituições de condutas, mas agora estão a trabalhar no uso eficiente da água, dar nota que na estrada dos Brejos existem duas ruturas já há bastantes semanas, que carecem de reparação.

Pergunta também, uma questão sobre o parque Zeca Afonso, e com uma sugestão que já foi aqui dada, ainda que não se recorde quem, mas uma sugestão muito válida, e já que estão a falar do uso eficiente da água, da reutilização da água tratada para a rega dos espaços verdes, nomeadamente, aquele espaço que ocupa ali vários hectares, como é o parque José Afonso, e que tem ali ao lado a ETAR da Simarsul, com água tratada com as devidas condições, e que a está largar diretamente para o rio

Espera que tenham tomado nota das suas questões, porque não sabe se tomaram.

### **Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias**

Vai ser um bocado extensa na sua intervenção, porque quando são eleitos, tal como o seu colega Fabrício Pereira já referiu, apesar de serem eleitos por um partido político, são presidentes de junta e estão aqui também para representar a população, e traz um conjunto de preocupações, ainda que, obviamente, falem todos os dias, e o senhor Presidente sabe bem quais são os problemas que existem nas várias freguesias, mas também acha que, mais do que falarem dos problemas diariamente e de o pôr ao corrente das situações, é muito importante a questão da informação e da comunicação à população, sobretudo, aqueles que os seguem em casa, e esta sua intervenção vai muito nesse sentido. Obviamente, há coisas sobre as quais também quer obter informações, mas acha que faz muito sentido haver também esta divulgação e comunicação daquilo que se passa, porque é às juntas de freguesias, muitas vezes, que os munícipes vão bater à porta, porque querem respostas e, muitas vezes, não conseguem dar porque as competências da Junta de Freguesia ainda, e sublinha, ainda, são muito diminutas e por mais que queiram estar ao corrente de toda a situação, é impossível, porque a Câmara detém, obviamente, um maior nível de informação.

Também traz aqui alguns assuntos que foram abordados na Assembleia de Freguesia para os quais, obviamente, queriam resposta, e já foi aqui falado no cemitério, e no Vale da Amoreira têm recebido bastantes queixas, e não querendo utilizar o termo estado de abandono, mas existem demasiadas ervas no cemitério, e queria questionar o que está a ser feito para remediar a situação, porque os cemitérios são locais de memória, onde as pessoas vão prestar homenagem aos seus entes queridos, e acha que faz todo o sentido, quer aquele, quer todos os cemitérios do concelho da Moita, serem locais dignos e que façam uso à sua utilidade. Sabe que a Câmara, tal e qual como as juntas de freguesia, porque isto é abrangente, não só a esta Câmara, mas a todas as câmaras do país, tem tido muitas dificuldades em termos de pessoal, e sabe que é muito difícil, muitas vezes, conseguirem resposta, portanto, acredita que também tenham essa dificuldade, mas estão aqui todos para melhorar e para tentar arranjar soluções.

Têm recebido também muitas queixas sobre as ervas e sobre as podas, e o curioso é que recebem queixas por não haver podas e por haver podas a mais, o que até é interessante, parece que não há aqui um equilíbrio. Sabe que andam a fazer, porque fala, diariamente, com a engenheira que está responsável pela

equipa dos espaços verdes, e sabe que há poucas pessoas, mas a verdade é que isto são aquelas questões que têm que se resolver, sobretudo as ervas, porque agora com o verão e com o calor, traz outro tipo de problemas, que afetam não só o ambiente, mas também a saúde pública, portanto, era importante perceber o que é que se está a passar.

Têm também uma grande quantidade de casas abandonadas na Baixa da Banheira, obviamente, que na freguesia da Moita e na freguesia de Alhos Vedros também há bastantes, mas o que se tem vindo a aperceber, e que também foi relatado à Assembleia de Freguesia, é que, muitas vezes, há pessoas que se apropriam das casas, e não para fazer bons delas, de todo, porque uma pessoa que ocupa uma casa é o que é, mas existem algumas atividades um bocado estranhas, pelo que queria questionar se já chegou alguma denúncia, para além das enviadas pela junta, e saber se existe algum plano relativamente a isto.

Têm recebido imensas queixas sobre o ruído noturno, quer proveniente de bares ou pseudo bares, o que lhes queiram chamar, e também uma coisa que os assola desde que chega a primavera e enquanto haja bom tempo, bom clima, que é as festas no parque do Zeca Afonso. Não há mal nenhum nas pessoas se juntarem, e acha que o espaço é mesmo feito para isso, para as pessoas usufruírem e utilizarem dele, mas há uma linha que separa o espaço, quando é bem tratado, e quando, a partir daí, já começam a incomodar as outras pessoas e, muitas vezes, são lá feitas festas com música até altas horas. Por isso, queria perguntar ao senhor Presidente o que é que a Câmara está a fazer para resolver esta situação, que acha que pode passar por um regulamento do uso de espaço, como criar uma linha direta para este tipo de situações, mas o mais importante é, realmente, a Câmara poder dizer quais são os mecanismos que as pessoas podem utilizar, porque as pessoas, muitas vezes, do que se queixam é que não têm respostas, nem pelas autoridades de segurança, nem pela Câmara, e era importante saber o que é que tencionam fazer sobre estes assuntos.

Já aqui foi abordada a questão dos resíduos urbanos e, de facto, existe um grave problema de resíduos, mais uma vez, não só neste concelho, e sim em todo o país, mas sobretudo proveniente de obras. O que têm verificado é que, efetivamente, as pessoas estão a remodelar as casas, ou a fazer obras, e estão a utilizar os sacos de entulho, mas o problema é que, muitas vezes, os sacos de entulho não são provenientes da Câmara Municipal, são comprados no Leroy, na MaxMat, e em tantas casas para o efeito, colocam lá o entulho e depois abandonam na via pública. Obviamente, torna-se um bocado difícil à Câmara Municipal fazer o rastreio destas situações, portanto, a sua sugestão é que, efetivamente, se invista numa comunicação porta à porta, nem que seja com flyers, ou coisa assim parecida, porque entre monos e resíduos urbanos, tem sido, não diz pandemia, mas quase, na Baixa da Banheira.

Quanto a animais errantes, que também já foi aqui abordado, têm tido muitas colónias de gatos abandonados na Baixa da Banheira e no Vale da Amoreira, inclusivamente, e crê que ainda não foi resolvido, no mercado municipal do Vale da Amoreira, e é importante perceber o que é que conseguem fazer porque, efetivamente, os bichinhos não têm culpa nenhuma, muitos deles são abandonados, e em Portugal têm um excesso de animais errantes na rua, e gostava de perceber o que é que está a ser feito com o veterinário municipal, e em que ponto de situação está o centro de recolha, que também é importante.

Também já aqui foi abordada a estrada nacional, e diria que as obras são sempre boas, mas às vezes acha que acaba quase por ser uma tragédia grega aquela estrada nacional, porque conta com vários dedos os erros de obra que existem naquela estrada, sejam de início de projeto, e que não se possam alterar, ou o que quer que seja, o que interessa é que sejam resolvidos. Ter passadeiras, ou ter rebaixamentos, que terminem em muros, a si não lhe faz muito sentido, porque as pessoas em cadeira de rodas nem sequer conseguem atravessar a estrada. E ter agora esta questão dos contentores, e que informou logo o senhor Presidente, que já arranjou uma solução e, obviamente, vai dizer qual é, às vezes, fala perguntar-se onde é que estão os engenheiros que fazem os planos, porque não percebe, se não saem à rua e não vão ao local, porque a si pareceu-lhe que todo o projeto da estrada nacional foi feito por alguém que não conhece a realidade da estrada, que não contacta com os comerciantes, porque eles mesmos o dizem, que não conhece as dinâmicas da estrada, porque só assim é que saiu aquele projeto, e que, obviamente, têm que cumprir aqueles que são os programas comunitários, mas agora importa mesmo é corrigir porque, efetivamente, está ali a haver vários problemas provenientes da obra.

Porque, obviamente, não é só falar mal, também queria aqui agradecer e saudar a Câmara Municipal por, finalmente, ter feito os esforços necessários para resolver a construção do novo centro de saúde. A Baixa da Banheira, e todo o concelho da Moita, precisa de equipamentos de saúde que deem qualidade de acesso à saúde, aliás, o próprio acesso à saúde, muitas vezes, é condicionado pela falta de médicos. Enquanto Junta de Freguesia, também reuniram com o ACES para tentar perceber no que é que podiam

colaborar, porque a colaboração de uma junta de freguesia, neste tema da saúde, é muito reduzido, mas tomaram a iniciativa e reuniram com eles para tentar perceber em que parte é que conseguiram participar para melhorar o acesso à saúde da população, no entanto, importa também melhorar as condições de segurança do trabalho dos atuais profissionais do centro de saúde. Sabe que a ARS se comprometeu a fazer algumas obras no atual edifício, e que desde que houve a inundação no quarto andar aqueles profissionais tiveram que fazer uma copa improvisada no terceiro piso, e parecendo que não, três gabinetes fazem toda a diferença na questão dos médicos, porque bem podem entrar os oito médicos que, atualmente, naquele edifício, não têm onde trabalhar, portanto, era importante também perceber em que ponto estão as obras de remodelação daquele centro de saúde, e quando é que vão, efetivamente, avançar.

Agradecer também a questão da iluminação da tão aclamada estrada da vacaria, uma obra que era necessária, e que fazia parte do programa político às eleições autárquicas do Partido Socialista, mas além disso, era mesmo necessário para a segurança da população. E ainda bem que o Senhor Presidente, junto da sua equipa, conseguiu resolver aquela situação.

Dizer que também é com bons olhos que vê serem implementados dois equipamentos desportivos na freguesia, a pista de atletismo de duzentos metros e o pavilhão municipal do Vale da Amoreira, que também muito fazem falta na freguesia e no concelho, porque a freguesia e o concelho têm falta de equipamentos desportivos. Têm os que têm, mas é verdade que faltam ainda mais para a variedade e a riqueza que o movimento associativo tem, com imensas equipas desportivas, e bem, e, muitas vezes, têm falta de espaços para que possam treinar.

Queria também questionar como é que está o ponto de situação da estratégia local de habitação, porque já foi referido, em vários fóruns, que o município estaria atrasado, mas queria, efetivamente, perceber em que ponto de situação estão.

Dizer, sobre a obra que foi realizada no túnel, que a obra de reabilitação entre a estrada nacional e a rua vai dar à rotunda Padre José Feliciano, foi efetuada pela Junta de Freguesia, sendo óbvio que o senhor Presidente estava ao corrente da situação, e informar que as placas foram retiradas porque estavam danificadas, nem se via para onde é que estavam as setas, se era para o Barreiro, se era para Setúbal. Portanto, optaram por as retirar e, obviamente, não dava para as recuperar, mas vão ver o que é que conseguem fazer, sendo que esta foi uma iniciativa que foi realizada pela Junta de Freguesia, mas ao abrigo dos protocolos de execução de competências.

Dizer que estão a terminar um parque de workout, também ao abrigo do protocolo de execução de competências, e existem muitas atividades que estão a fazer nesse âmbito, e já agora, apelando um bocadinho, mais uma vez, porque este trabalho de proximidade é sempre de valorizar, para que sejam transferidas mais competências às juntas de freguesia, porque acha que já provaram que conseguem realizar no local, estar mais próximos dos seus fregueses, ir ao encontro das suas necessidades, e acha que faz todo o sentido terem mais competências para que consigam dar uma melhor qualidade de vida e chegar, efetivamente, às reais necessidades da população, portanto, fica aqui o seu apelo, como já fez, porque não perde uma oportunidade de o referir.

Por último, ainda que não seja bem atos da Câmara, mas a Câmara também faz parte da organização, informar os deputados municipais que as festas multiculturais do Vale da Amoreira vão ser de vinte e dois a vinte e cinco de junho, e as festas populares da Baixa da Banheira vão ser de cinco a nove de julho, nas quais, obviamente, esperam por todos.

#### **Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS**

De facto, o senhor Presidente já verificou os problemas que tem para resolver, e a grande maioria deles herdados pela CDU. É preciso coragem, quando os senhores deputados da CDU vêm aqui mostrar a sua preocupação com o centro de saúde da Baixa da Banheira, o que é incrível, mas em junho de dois mil e vinte e um “borrifaram-se” no centro de saúde. Isso é que é a realidade, mas agora estão muito preocupados. Todavia, quer dizer, desde já, e saudar o senhor Presidente, porque o problema, finalmente, está resolvido.

Também quer falar na reta da vacaria, porque foram mais de quarenta anos, quase cinquenta anos na escuridão. Quase cinquenta anos na escuridão, mas agora está-se a fazer luz. Agora já têm luz, felizmente, mais um agradecimento ao senhor Presidente.

Também a margem sul da Baixa da Banheira vai passar a ter, já tem ou está quase a ter, um equipamento de manutenção física. Foram anos e anos e anos sem a zona sul da Baixa da Banheira ter direito a

equipamentos de manutenção física. Agora, a zona sul, parece que também já faz parte do mapa da Baixa da Banheira, porque no passado não fazia, era mais a zona norte. A zona sul era esquecida, e quem vive na Baixa da Banheira não pode dizer o contrário.

Agora, quer fazer uma pergunta ao senhor Presidente, sendo que o Deputado António Chora já falou do trânsito na Baixa da Banheira, e disse-o muito bem, entre outras coisas, mas também a marginal na Moita é uma autêntica confusão, principalmente, na hora de ponta, portanto, terminava a perguntar se vai surgir alguma proposta, se está a pensar alterar, ou seja, resolver este problema que também é grave.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Findas as intervenções, pediu à Câmara Municipal para responder aos assuntos colocados, mas ter em consideração o adiantado da hora.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Nem é preciso o senhor Presidente da Assembleia Municipal apelar ao seu poder de síntese, porque vai mesmo ter que exercê-lo e tentar ser sintético naquilo que vai dizer, relativamente a estas e outras matérias, agregando algumas das questões aqui colocadas.

Relativamente à última questão, do senhor Deputado Daniel Justo, sobre a marginal, quando tomaram posse, repararam que tinham aqui um desafio imenso de trabalho, e que muito tempo e dedicação lhes tem consumido, muitas horas passadas nos Paços do Concelho, e em todo o município, a reunir com diferentes entidades para conseguir encontrar soluções e, felizmente, com uma dessas entidades, acreditam que vão conseguir resolver, parcialmente, o problema da marginal, criando uma escapatória, uma via de acesso junto ao lar da Santa Casa da Misericórdia, na marginal, passando esta a ter duas vias e uma faixa mista, ou seja, pedonal e ciclável. Uma via, num sentido, de três metros, mais três metros, mais dois metros, que permite uma circulação, também com o alargamento da ponte que existe junto ao Matão, e que irá ter, diretamente, àquela rotunda daquele equipamento de fast food, que todos os que lá passam, certamente, saberão identificar, por isso, essa é uma solução que conseguiram encontrar.

Estranhamente, a proposta que abre caminho para que isso aconteça, e que sinaliza que a Câmara teria a haver mais de trezentos e cinquenta mil euros que lhes permite dar acesso a essa obra, a CDU votou contra. É algo que não percebe, e que transmite aqui para conhecimento, porque essa proposta foi à última reunião privada de Câmara, e poderão ter acesso à mesma, mas, estranhamente, a CDU votou contra.

Relativamente às questões sobre o assinalar do trabalho que têm feito, quando há pouco se falava da herança que os centros de saúde trarão, com aquela cláusula de salvaguarda, acredita que estão bem munidos para que não tenham surpresas, mas ainda que assim as tivessem, quer dizer que, depois daquilo que encontrou aqui, que se sentem, basicamente, preparados para tudo. Depois da forma como encontraram a Câmara Municipal, em que lhes tem acontecido um bocadinho de tudo, desde as redes informáticas não estarem infraestruturadas corretamente, o que permitiu o ataque informático, motivo pelo qual desligaram o wi-fi que estava na Câmara ao abrigo do Wi-Fi4EU, mas depois tiveram que devolver o dinheiro dessa candidatura. Por isso, como dizia, para quem assiste a novelas ou assiste a séries brasileiras, o gato, ou aquele desenrascanço que existia, precisam de uma gestão, e é isso que estão a ter, mais profissional e mais pensada para resolver, isso sim, algumas “trapalhadas”, para ser simpático, no mínimo, e devolvendo o adjetivo que lhes foi atribuído a quem o proferiu e que aqui receberam.

Agora, e pela ordem das questões colocadas, relativamente aos monos, e não só aos monos, porque é do conhecimento público que há falta de trabalhadores na Câmara Municipal, motivo pelo qual abriram mais de quarenta vagas para trabalhadores, e mais precisam. Os concursos estão a decorrer, algumas pessoas já estão quase na fase de ser integradas e assinar contrato, mas falta muito pessoal na Câmara Municipal, razão pelo qual a Câmara Municipal decidiu enveredar pela contratação de serviços externos para desenvolver e proporcionar o melhor serviço à população. O que é certo é que, fruto dos concursos públicos, que têm estas questões, quem fica em segundo lugar, normalmente, não gosta, ou pode não gostar, e move uma queixa contra a Câmara, que foi aquilo que explicou no início, que aconteceu nos monos, aconteceu na poda e aconteceu na deservagem. Estranhamente, as empresas têm apresentado litigância, já resolveram nos monos, o contrato já está assinado e essas situações vão ser resolvidas.

Agora, o que às vezes é difícil de resolver, é aquilo que a senhora Presidente Bárbara Dias disse, que o próprio já pôde testemunhar, e acredita que todos já testemunharam, que é o facto dos particulares, em vez de utilizarem os sacos da Câmara Municipal para o efeito, utilizarem sacos de estabelecimentos

comerciais, ou seja, depois não sabem onde é que os sacos estão, porque os sacos não lhes são comunicados, e é normal que depois permaneçam lá por maiores períodos de tempo.

Depois, e ainda relativamente aos monos, quanto à questão que foi aqui levantada pelo senhor Deputado António Chora, dizer que o Presidente da Câmara, ou, pelo menos, o atual, tem uma grande vantagem porque circula por todos os serviços, entra em todos os serviços, de forma livre e à vontade, fala de forma franca e aberta com todos os trabalhadores, está disponível para os ouvir e para os receber, e já recebeu muitas vezes os trabalhadores da Câmara, de diversas áreas, nomeadamente, das áreas a que aqui se refere. Já para não falar que tem oportunidade de os contactar quando vai almoçar à cantina da Câmara Municipal, ou no início do trabalho, quando vai visitar alguns dos serviços às primeiras horas da manhã, ou quando se encontram nas últimas horas do dia, por isso, falta de oportunidade para falar com o Presidente da Câmara não existe. O que existe mesmo, é a falta de algumas peças para algumas máquinas que aqui fez referência, que há mais de vinte e duas semanas estão em falta, mas que estão pedidas.

Agora, o senhor Deputado António Chora, neste caso, na qualidade de 1º Secretário da Assembleia Municipal, relatou uma coisa importante, que é o facto da contratação pública obedecer a regras, e não há aquela coisa de telefonar para o senhor Presidente, que tutela a área, e dizer “olhe, arranja-me aí uma peça”, e o Presidente chega e manda ir comprar a peça ao sítio mais próximo para desenrascar, isso é que não acontece. Se é isso que está a dar a entender que acontecia no passado, se é isso que quer dar a entender que acontecia no passado, quer dizer que, seja nas câmaras municipais, e como se falou, nas juntas de freguesia é igual, e em todas as autarquias no país é igual, isso não acontece. Existe planeamento nas compras que são feitas, as peças são adquiridas e, de acordo com aquilo que acabou de descrever, se era isso que estava a dizer que acontecia no passado, é algo que não pode acontecer e é um exemplo de uma má prática. Embora resolva, no imediato, no âmbito da contratação pública não se pode verificar, e a isso estão limitados, pelo que quer deixar este reparo.

Pegando nas questões do centro de saúde, todos sabem aquilo que trabalharam, em conjunto, no executivo para fazer disto uma realidade, foram muitas horas a pensar como é que esta situação se resolvia e, em boa hora, contaram com a compreensão, a vontade e o querer do ministro da Saúde, que foi uma peça fundamental e que esteve ao lado da Câmara para desbloquear esta situação, e permitiu, com a sua magistratura de influência, ajudar a abrir portas para que conseguissem desbloquear uma candidatura que era fundamental para o município. E conseguiram, acima de tudo, porque confiaram na capacidade de execução desta Câmara Municipal em cumprir aquilo que está previsto na candidatura, e cumprir com aquilo que dizem os fundos comunitários, que a isso obriga. Confiaram no trabalho do executivo, confiaram na capacidade dos técnicos da Câmara Municipal da Moita, e foi possível demonstrar, através do trabalho que fizeram, que era possível executar esta obra.

Depois, referir, relativamente àquilo que é dito aqui pela Deputada Municipal Carmen Mafra, que há aqui alguma coisa que não está a perceber, no que diz respeito ao pinhal das Fontainhas, porque o próprio morou lá muitos anos, vai lá muitas vezes, e sabe, exatamente, o estado em que costumava estar. Se precisa de ser cortado, precisa, mas garante, porque tem fotos de quando lá morava, que não está pior do que quando a CDU cá estava, e tem esse mesmo registo e que pode ser constatado. Agora, o que estão a tentar fazer, que dá muito, muito, muito mais trabalho, e que depois, às vezes, custa a entender, e por isso é que faz questão de explicar, é que, quando intervencionam um local, intervencionam de forma mais definitiva, ou seja, que depois careça de uma menor manutenção, porque não têm pessoas suficientes para o nível, o detalhe ou a forma como o concelho se apresentava, ou tinham um concelho mais abastado, mais rico, mas não, calhou-lhes um dos concelhos mais pobres da Área Metropolitana, ou mesmo o mais pobre da Área Metropolitana, e com o poder de compra mais baixo da Península de Setúbal.

Como isto são dados estatísticos, e porque é uma realidade, tem uma tradução que, na prática, é a Câmara ter menos verba, orçamentos mais pequenos face à área territorial por habitante, o que depois se traduz em terem mais dificuldade em fazer intervenções no espaço público, é por isso que estão a optar por soluções que careçam de uma menor manutenção, e podem ver, já à saída da Câmara Municipal, o trabalho que estão a fazer nas clareiras das árvores, que permitirão a infiltração da água, mas evitarão o crescimento das ervas nas clareiras das árvores, poupando horas e horas de trabalho aos funcionários, que se poderão dedicar a fazer arranjos e trabalhos noutros sítios do concelho, que tanto dele precisam.

Relativamente ao concerto do 25 de Abril, e o facto de terem ou não terem cantado, tanto o “Grândola Vila Morena”, como o “E depois do adeus”, porque poderiam ter cantado as duas canções, por algum motivo do protocolo, quando a cantora termina a sua atuação, dá-lhes um pouco de espaço de intervenção e, logo a seguir, começa o fogo de artifício, e não houve espaço nem tempo para fazer essa iniciativa, mas esperam que, tendo sido esta a primeira iniciativa que se faz, desde a retoma das comemorações do 25



de Abril, no 25 de Abril, porque o ano passado, relembra, por motivos de doença do cantor, não se realizou esse concerto que era esperado, por isso, esta foi a primeira, e estão em crer que, no próximo 25 de Abril, certamente, vão melhorar essa situação que aqui descreve.

Neste momento, e uma vez que está a apelar à sua própria capacidade de síntese, apelou à capacidade de todos em fazerem silêncio enquanto faz a sua intervenção, porque assim fica muito complicado, e não sabe sequer se quem está em casa consegue ouvir, mas o próprio e os que estão aqui, certamente, não conseguirão ouvir.

No que concerne ao apelo que o Deputado Rodrigo Pedro faz, relativamente à ciclovia no Gaio-Rosário, dizer que, certamente, estará recordado do documento que votou na sessão anterior, e que fez questão de referir que estavam a fazer um projeto, e que estava quase na fase de término a conclusão do projeto de todo aquele eixo de circulação, que passará a prever um passadiço da marginal da Moita, que segue junto às salinas, para evitar aquele entroncamento que é muito perigoso para quem passa nas ciclovias, e que depois segue por aí até ao Rosário, por aquela ciclovia, e fazer toda essa intervenção.

Depois, o Deputado João Faim traz-lhes a questão da iluminação, e começa por fazer, e assinalar como positiva, a iluminação da estrada, vulgarmente, conhecida como a reta da vacaria, como todos a conhecem, em virtude daquela rua não ter nenhum número de porta, não morarem ali pessoas e as pessoas não reconhecerem aquele traçado como nome de rua, muito menos, algumas pessoas conhecem como pertencendo ao concelho da Moita. Muitas acham que aquilo era dividido entre o concelho da Moita e o concelho do Barreiro, mas é tudo território da Moita, motivo pelo qual puderam fazer aquela intervenção e, como podiam, fizeram-na, não estiveram à espera. Na campanha eleitoral, e na oposição, disseram que, se ganhassem, o fariam e fizeram, como estão a fazer muitas outras coisas, como também disseram, e assinalaram, que teriam toda a vontade em fazer o passeio, mas, como calcula, não dá para fazer tudo ao mesmo tempo.

E é isso que agora, muito facilmente, sentados no conforto dessas cadeiras, os senhores deputados, na oposição, pedem que façam, em pouco mais de um ano e meio, tudo aquilo que não fizeram durante mais de quarenta anos, todavia, regista que têm vontade que façam o passeio, o que também era uma vontade do executivo antes de ser da CDU, e por isso, fizeram questão de fazer aqui esta referência,

Relativamente às questões de iluminação, têm que contactar a E-redes, e fazer pressão para que tratem de iluminação, e fazem questão de, ao lado da Santa Casa da Misericórdia, e essa não é exceção, verificar o que é que se está a passar para fazer a ligação da iluminação, tal como no túnel da Baixa da Banheira, e muito saúdam a senhora Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, por ter feito a intervenção no túnel, tal como tinha combinado com a senhora Presidente, que a iluminação do mesmo ficaria a cargo da Câmara, e é disso que estão a tratar.

Depois, faz referência à reutilização da água da Simarsul, mas a Simarsul não tinha licença, pelo menos à data que lhe foi dado conhecimento, quando o pediram, no ano passado, e não sabe se, entretanto, já tem, mas em abril deste ano também não tinha, mas não sabe se, desde o início de maio, já tem, para que possa vender água tratada aos municípios. Tanto quanto lhes é dado a conhecer pelos próprios, não têm essa licença, se tiverem e os preços forem mais baixos do que a água da rede, terão todo o gosto em aceder à aquisição dessa água.

Relativamente às questões que lhe foram colocadas pelo senhor Deputado Humberto Rosa sobre o centro de saúde já fez referência, e quanto ao apoio financeiro às juntas, feito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas, dizer que é normal, todas as entidades querem sempre um pouco mais de apoio, um pouco mais de financiamento, o qual darão sempre, e dão, mediante aquilo que são as suas possibilidades, mas lembrar que este aumento, como foi reconhecido por todos, é um dos maiores aumentos de sempre. Continuam a investir, fortemente, nas juntas de freguesia, e agora é importante que as juntas de freguesia, com a integração desse saldo que receberam a mais do que aquilo que recebiam em outros anos, também valorizem esse valor e essa verba.

Relativamente aos esgotos, é uma questão que, como sabem, têm vindo a tratar, porque reconhecem o problema, antigamente, o problema dos esgotos em Alhos Vedros não existia. Reconhecem o problema e, como reconhecem o problema, quer na oposição, quer agora na posição em que estão, no exercício do poder, têm que o resolver e é para isso que estão a trabalhar. Têm vindo a trabalhar resolvendo as ligações à rede de esgotos que não podiam estar, notificando os proprietários ou resolvendo, quando podem resolver, tamponando de variadíssimas formas, e resolveram na sua grande totalidade, mas há um que não conseguem resolver, com certeza, que é o da Simarsul, sem que a Simarsul o queira resolver.

O que podem fazer, e continuam a fazer é, sempre que alguém os informa que a Simarsul está a fazer descargas, que vão para a vala real e que depois podem ir diretamente ou vir um bocadinho para trás, e

cria aquele mau cheiro e aquele impacto negativo na zona dos Amigos do Mar, que querem agora, e bem, desenvolver a sua atividade, é denunciar isso às autoridades, e fazem essa denúncia, de imediato, à SEPNA e à APA. Mas, isso é válido também para a indústria que faz descargas para a vala real na Moita, sempre que notam e que lhes fazem chegar essa informação, fazem questão, seja de dia ou de noite, de mandar lá os técnicos para fazer o acompanhamento da situação e ligar para a APA, para vir tomar nota da situação, para que os autos sejam levantados a quem de direito e para que, pelo menos, o prevaricador não fique impune.

Mas, estará disponível para ir à Junta de Freguesia, demonstrar todo o trabalho que fizeram, relativamente, à melhoria no combate para os esgotos irem para as rede de pluviais, porque o que se sente é que existe algum desconhecimento, por parte da população, do trabalho que já foi feito, e o trabalho que já foi feito foi muito e já resolveu, praticamente, o problema dos particulares. Agora, quanto à Simarsul, e a algumas entidades que, aqui ou ali, sem que saibam, possam ter este tipo de atitudes, é uma questão de continuarem a levantar os autos e estarem mais atentos.

No que diz respeito ao senhor Deputado João Figueiredo, e à colónia de gatos, deixará para a vereadora Anabela Rosa responder, mas quando o senhor Deputado João Figueiredo intervém, quase rasgando as vestes, porque não se preservou a memória histórica daquele túnel, por lapso, ou por qualquer situação que se possa considerar, e a senhora Presidente já explicou, e bem, o motivo de terem sido retiradas as placas daquele túnel, lembra que a CDU deixou a estação histórica de Alhos Vedros ir abaixo. Quando o Barreiro salvaguardou, e outros sítios do país salvaguardaram, as estações do caminho de ferro, e que agora as cedem para estabelecimentos comerciais, ao movimento associativo, e fazem deles, isso sim, espaços de memória daquilo que é a vivência ferroviária do país, a CDU permitiu, contra a vontade da população, demolir uma estação histórica, que se localizava em Alhos Vedros. Mas, não foi só a de Alhos Vedros, foram todas as estações históricas que existiam no concelho, quando permitiu que fossem derrubadas. Veja-se, agora, a indignação, relativamente, às placas, quando, relativamente a edifícios históricos, que poderiam ser fontes de memória e com outros usos hoje em dia, nada disseram, e não souberam preservar quando, por exemplo, aqui ao lado, no Barreiro, souberam preservar, e elas estão lá, tanto o Barreiro-A como o Lavradio, e podem ir ver porque ainda estão de pé.

Neste momento, e perante o ruído das bancadas, nomeadamente, as que se consideram estar à esquerda do PS, que já está muito elevado, pediu algum silêncio para que se possa ouvir a si próprio, para ter noção e para não ter quebras de raciocínio, para que possa responder e, no final, não lhe dizerem que não responde.

Relativamente às barreiras da estrada nacional, ou àquela solução em que se mudou o material, que a execução era aquela que estava prevista, de acordo com aquilo que foi respondido pelos técnicos.

Neste momento, disse que o senhor deputado podia vociferar, e podia fazer aquilo que bem entendesse a partir do lugar onde estava sentado, que em nada mudará aquilo que está aqui a dizer, e, se tiver dúvidas, aquilo que diz sobre documentos em falta, pode, em vez de ir perguntar aos seus camaradas, ir diretamente perguntar aos técnicos, porque se há uma coisa que é diferente entre o PS e a CDU, é o facto do PS não fechar as portas da Câmara à consulta de informação. Os senhores vereadores, ou os senhores deputados municipais, não precisam utilizar subterfúgios para obter informação, basta deslocarem-se aqui, falarem com os técnicos e consultarem os processos, porque a consulta dos processos nunca lhes foi vedada. A consulta dos processos nunca foi vedada, por isso, quando questionam aqui os acessos a documentos, é deste acesso a documentos que lhes fala.

Vêm para aqui dizer “por intermédio de”, quando nem sabe em que base é que têm os documentos, se estão atualizados ou não, que versão é que são ou não são, e de que forma é que tem essa informação. Agora, dizer que é com base nos seus camaradas que teve acesso à informação de como aquilo era, quando não sabe em que base é que ainda têm, e de que forma, posse dessa informação, quando essa informação é municipal, sendo que têm toda a legitimidade de pedir para a vir consultar, e consultar o projeto, não percebe essas “jigajogas”, essa forma de trabalhar, na clandestinidade, que continuam a ter, e que não consegue perceber, porque a democracia foi feita para isso. Agora, até nas comemorações do 25 de Abril, todos podem falar, quando antigamente não falavam, por isso, não precisam de recorrer a esses estratagemas, e é isso que lhe queria deixar.

Mas, saúda essa sua preocupação, que também é a do próprio, de retificar aquela situação que está na estrada nacional, como outras que foram ratificadas, fruto de um projeto que precisava, como disseram na oposição, ser falado juntamente com os comerciantes, e que está na declaração de voto para que possam ler, É pública, está na internet, não precisam de utilizar nem de ir por outros meios, está pública para que a possam consultar. e podem ir lá ver os motivos pelos quais o PS sempre se absteve. Nunca foi

contra o investimento, nunca foi, sempre foi a favor do investimento, mas tinha que haver o cuidado prévio de falar com as pessoas e com os comerciantes, cuidado esse que, quem esteve aqui, não teve, para os quais, agora, vão conversando, e vão resolvendo, paulatinamente, problemas que lhes foram deixados, infelizmente. Aliás, infelizmente não, porque foi para isso que se candidataram. Candidataram-se para resolver os problemas que identificaram, e porque sabiam que, na CDU, não tinham capacidade de os resolver.

Relativamente às questões colocadas pela senhora Presidente, Bárbara Dias, dizer, com toda a verdade, que a Câmara precisa de mais pessoal, e é para isso os concursos que ainda estão a decorrer e que, relativamente, às queixas das podas, é sempre assim, há quem queira mais, há quem queira menos. É impossível agradar a todos, o importante é estar a acontecer e, o mais importante disso tudo é, quando acabarem estas questões de litigância, os contratos de deservagem avançarem, não por três meses, mas contratos por um ano, que, ao lado das equipas da Câmara, irão permitir um reforço da capacidade operacional e devolver ao concelho a beleza e o esplendor que ele merece, mas que, há muito, muito, muito tempo não tem, não vem do atual mandato, e que estão, como aqui diz, a tentar resolver, de uma vez por todas, e podem ir logo ali abaixo, se quiserem, ver exemplos de algumas intervenções que estão a fazer, e em que resolvem o problema, de uma vez por todas.

Em relação ao parque José Afonso, na Baixa da Banheira, o que vão tentar fazer, primeiro, é uma medida que balize a utilização do parque de merendas, permitindo uma atuação mais incisiva, por parte das autoridades, caso não haja o cumprimento dos horários, permitindo às pessoas, naquela imediação, descansar. É mais uma coisa que têm para resolver, e é mais uma coisa que irão resolver.

Depois, dizer também, e ainda sobre o trabalho que têm vindo a fazer que, para além de tudo, e que está aqui inscrito, a sala na escola básica número quatro, na Baixa da Banheira, também já vai avançar, que é mais uma coisa que há muito tempo era pedida e que não era feita, e que também vão fazer.

Como foi aqui colocada, assim acredita, pelo senhor Deputado João Faim, a questão daquela intervenção que fizeram na marginal, naquele buraco que apareceu e que “intervencionaram tão mal que o buraco voltou a aparecer”, quer dizer que, quando há um abatimento, como sucede em muitas situações, o que se faz é aquilo que a Câmara Municipal fez, que é contratar uma empresa, verificar a situação e corrigir, não tendo a noção, porque não é possível estar a pagar estudos do LNEC sempre que há um abatimento, da real situação em que se encontrava aquele ramal da rede de pluviais. E, lembrar que aquele ramal da rede de pluviais tem, de diâmetro, um metro e setenta e cinco, ou seja, cabe lá dentro uma pessoa. O que tiveram que fazer, quando se verificou o segundo abatimento, foi perceber, e perceberam todos, como qualquer um percebe, que algo de errado se passa, porque o trabalho foi bem executado, logo, algo se passa na infraestrutura que está mais abaixo.

E pode dizer que, o que se passa com a infraestrutura que está mais abaixo, numa extensão, aproximadamente, de oitenta metros, na rua de São Cristóvão, e ainda bem que este executivo não quis alcatroar aquela rua, porque já vinham problemas mais acima, junto à escola, relacionados com os esgotos e com as redes de pluviais, motivo pelo qual deixaram essa rua de fora do plano de repavimentações, porque defendem, e querem fazer, um reperfilamento da estrada, permitindo mais passeio, e intervencionar todas as redes de infraestruturas enterradas, que carecem de ser arrançadas. E, não quiseram avançar com a repavimentação porque, se tivessem avançado, simplesmente, com a repavimentação, tinha acontecido aquilo que aconteceu em Sarilhos Pequenos, onde se repavimentou, e depois houve ruturas sobre ruturas, porque não se acautelou o que lá estava por baixo. Por isso, o que têm, numa extensão de oitenta metros, é setenta e cinco por cento dessa extensão que se encontra em condições de colapso iminente, com fissuras de um centímetro e meio ao longo dessa extensão de largura, porque depois, as fissuras são transversais a toda a extensão.

O relatório já chegou, relatório esse que deve deixar todos preocupados e mobilizados para atuar, coisa que os serviços da Câmara já estão a fazer, mas quer deixar bem claro, que isto é resultado de anos de desinvestimento, naquilo que é o bem de todos, o interesse que é de todos, por isso, quando aqui estavam a dizer, disseram, e disseram sempre que as infraestruturas e as redes estavam velhas, era porque estavam mesmo velhas, estavam mesmo degradadas e precisavam mesmo de ser requalificadas. Motivo pelo qual estranha e, mais uma vez, é preciso dizê-lo aqui, que a CDU tenha votado contra um pedido de empréstimo, na Câmara Municipal, de três milhões de euros para infraestruturas. Votou contra. Votou contra essa proposta. Por isso, quando estavam no poder, não faziam, quando estão na oposição, não querem deixar fazer, mas os problemas estão à vista de todos, para serem resolvidos, e querem resolvê-los, mas que ninguém se engane porque, perante o estado em que a CDU os deixou, vai dar muito trabalho.

Vão resolver um problema de cada vez, querem resolver, de forma permanente, e deixar o alerta para o facto de que haverá sempre que haver manutenção das infraestruturas do concelho.

Depois, para responder às questões da estratégia local de habitação, e também das colónias de gatos, pediu para passar a palavra à vereadora Anabela Rosa, e também à vereadora Sara Silva, que quer fazer referência às licenças de ruído e a outras questões que aqui foram colocadas.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Anes de passar a palavra, apelou à capacidade de síntese, atendendo ao adiantado da hora.

#### **Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Rosa**

Começando pelo gabinete veterinário, dizer que dispõe de endereço eletrónico, tem uma funcionária a tempo inteiro, uma linha telefónica, pode ser contactado tanto por escrito como telefonicamente, cujo serviço atende, toma nota de todas as solicitações e as reencaminha, quando é o caso, e pensa que, nos balcões do cidadão, deverão saber, porque existe uma lista telefónica da Câmara e está lá tanto o endereço eletrónico como o número de telefone.

Relativamente às colónias de gatos, realmente, existem muitos gatos nas ruas do concelho, muitos deles abandonados, e o que acontece é que, sempre que chega ao conhecimento da Câmara Municipal a necessidade de intervenção numa determinada colónia, essa situação é sinalizada junto das duas associações do concelho da Moita que lhes dão apoio nesse aspeto, e que exercem, voluntariamente, a atividade de captura, esterilização e devolução à colónia. O que acontece, quando pedem a intervenção dessas associações no terreno, que, por sua vez, os capturam, é que depois combinam com a Câmara a esterilização dos gatos recolhidos, para que seja feita nas instalações do gabinete veterinário. Umas vezes, essas esterilizações são feitas por médicos pro bono, conhecidas dessas associações e, outras vezes, são feitas pela veterinária do gabinete.

Obviamente, só com uma trabalhadora assistente operacional e com uma médica veterinária, não têm capacidade para percorrer as ruas do concelho e fazer a captura de gatos, e têm que contar com a boa vontade destas associações. Como é conhecimento de todos, há falta de recursos humanos na Câmara, designadamente, assistentes operacionais, portanto, também é extensível ao gabinete veterinário, e não têm recursos humanos suficientes para fazer esse trabalho. Esperam que, no futuro esta situação melhore, sobretudo, quando tiverem o centro de recolha oficial de animais errantes que está a ser construído, vai no bom caminho, está a levar a evolução normal da sua construção, e que esperam que esteja construído até ao final do ano, ou seja, até dezembro deste ano, e esperam, no futuro, ter uma maior capacidade de esterilização dos gatos de rua.

Dizer também que já estão a procurar casotas para as colónias dos gatos, à semelhança de uma que existe em frente à Junta de Freguesia da Moita, e outras que também já existem espalhadas pelo concelho, porque queriam aumentar o número dessas casotas e organizar. Têm em mente tudo isto, mas, como acabou de dizer, os recursos humanos afetos ao gabinete não são muitos, todavia, têm muitas ideias e têm muitos projetos para implementar.

Relativamente às obras no atual edifício do centro de saúde da Baixa da Banheira, é do seu conhecimento que estão previstas obras a levar a cabo pela ARSLVT, e ainda que desconheça quando é que se vão realizar, pode fazer essa pergunta e depois partilhar com todos os presentes.

Relativamente à estratégia local de habitação, como é sabido, quando iniciaram funções, estava num estado inicial da sua elaboração, na fase do diagnóstico, sendo que a primeira versão que têm é de agosto de dois mil e vinte e um, que era a versão que tinham quando chegaram e, em três meses, concluíram a versão final da estratégia local de habitação. Nas reuniões da AML até foram confrontados com a situação, porque, à data, eram o único município que ainda não tinha a estratégia local de habitação aprovada. A partir daí, já estavam num processo de atraso, pois muitos dos municípios já tinham estratégias desde dois mil e dezanove, uma vez que toda a legislação referente ao 1º Direito, e toda a legislação que enquadrava as estratégias locais de habitação, já tinha sido contemplada no diploma, em dois mil e dezoito, pelo que, logo a partir desse momento, já estava patente algum atraso da parte do município, que têm tentado recuperar.

Quanto ao ponto de situação que a senhora Presidente da União de Freguesias, Bárbara Dias, solicitou, começando por dar nota do resultado do anúncio para a aquisição dos dez fogos habitacionais, que foi lançado e aprovado, inclusive, em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, que a única proposta que foi apresentada não é elegível, no entanto, no âmbito do direito de preferência, já estão a adquirir um fogo

habitacional. Relativamente à reabilitação, estão a preparar empreitadas de reabilitação, está a ser preparado um procedimento para concurso de conceção-construção, isto no âmbito da habitação nova, e criaram um grupo de trabalho para alterar o regulamento de atribuição de habitação, que está a trabalhar nesse regulamento.

É urgente, e imperativo, alterar a estratégia local de habitação, sendo que também já estão a contratualizar a entidade que elaborou a própria estratégia, por uma questão de conhecimento daquilo que foi feito e de continuidade do trabalho que já realizado, para essa entidade fazer a alteração à legislação que é necessária, de modo a que possam incluir, no próximo anúncio para aquisição de fogos, fogos em estado de projeto, não só habitações já construídas, mas também em fase de projeto, para poderem disponibilizar e abrir a estratégia local de habitação ao terceiro setor, designadamente, às cooperativas de habitação, bem como dizer que foi necessário criar uma equipa de trabalho, exclusivamente, para trabalhar na gestão do parque habitacional e na estratégia local de habitação.

Dizer aqui também que tomou nota daquilo que a senhora Presidente da União de Freguesias disse, relativamente às casas abandonadas, e que sim, têm conhecimento disso e que, aliás, ficou bem patente na primeira versão que aqui mostrou da estratégia local de habitação, que o concelho da Moita apresenta maior proporção de edifícios com necessidades de grandes reparações, ou edifícios muito degradados, em relação à Área Metropolitana de Lisboa, e do país continental, portanto, não é de estranhar, face a este estado da arte que, de facto, estejam nessas condições.

Dizer também que, estão a trabalhar afincadamente para apresentar as candidaturas que são necessárias para avançar com a concretização da estratégia local de habitação, e de todas as medidas a que se propuseram, estão a trabalhar para uma oferta pública de habitação diversificada, com rendas compatíveis com os rendimentos de trabalho e de pensões dos munícipes, e que estão a passar, neste momento, por múltiplas dificuldades no acesso à habitação, portanto, é neste sentido que estão a trabalhar.

#### **Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva**

Complementando aquilo que o senhor Presidente, e de forma clara, já assinalou e já esclareceu, sobre a questão da divisão de ambiente e higiene urbana, e tudo aquilo que já foi dito pelo senhor Presidente quanto aos constrangimentos que provocaram no corte da relva, nas podas, no arvoredos e na desmatização, e que foi, de facto, um constrangimento no concurso que houve com uma pronúncia daquele que, por exclusão, foi considerado o primeiro classificado, e tiveram que avançar para o segundo. Obviamente, isso tem um timing muito demorado, para respostas, novas pronúncias e novas audiências, portanto, contam, no próximo mês de junho, já ter esta contratação externa a operar no terreno, que está em fase final de processo.

Dizer também que, a situação de sessenta por cento do défice que tinham na divisão de ambiente é agravada, precisamente, com o facto de vinte por cento das equipas estarem de baixa nesta divisão, com mais de sessenta dias, portanto, estão com equipas reduzidas, que têm que assegurar o corte de ervas, a aplicação de herbicida, a desinfestação e a varredura, e muito conseguem elas fazer porque, de facto, é extremamente difícil todo este trabalho, com equipas tão reduzidas e, também neste sentido, estão a aguardar o final do concurso, e crê que, no final deste mês, terão concluído o procedimento para trinta e quatro operacionais. E ainda, porque acham que não conseguem, de todo, cumprir aquilo que são as deficiências a nível de trabalhadores em todas as áreas, levaram também, no passado dia dezoito de abril, a abertura de um outro procedimento, um novo concurso, para novos trabalhadores, sendo dezoito deles operacionais. Aliás, proposta essa à qual os vereadores da CDU optaram pela abstenção, o que também significa que não estão disponíveis para contribuir para a solução destes problemas.

Depois, em relação aos monos, houve, de facto, um reforço externo até dia cinco de maio, mas contam com uma nova contratação, que vai entrar em vigor a partir da próxima segunda-feira, dia quinze de maio, portanto, também aqui vão ter um reforço, com a equipa interna, a partir do dia dezassete de maio, portanto, aqui, na parte dos monos, promete ao senhor Deputado António Chora que vão conseguir fazer o trabalho dentro daquilo que é esperado.

Em relação ao ruído noturno, que a Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira lhes colocou, sobre as reclamações recebidas, garante que nenhum tem licença de ruído, portanto, estes estabelecimentos, dos quais têm recebido reclamações porque provocam um ruído extremo durante a noite, qualquer um deles a que se estão a referir, não têm licença de ruído emitida pela Câmara e, por isso, alerta para, sempre que haja estas situações, poderem também alertar as forças de segurança, para atuarem dentro daquilo que é legítimo.

Quanto à utilização do espaço público, existe, de facto, um regulamento para utilização do mesmo, são muitas as pessoas que têm esse bom hábito e fazem um bom acolhimento deste regulamento, e que o solicitam, prova disso é que muitas têm utilizado o parque Zeca Afonso para aniversários de crianças, sendo que até já aconteceu para um casamento.

Quer também dar uma nota final sobre a questão da iluminação pública porque, de facto, têm insistido com a E-redes e, nessa sequência, foi pedida uma reunião, que está marcada com o Conselho de Administração para a próxima semana, porque entendem que têm que ir a instâncias superiores, muito para além daqueles com que, normalmente, trabalham no dia a dia porque, de facto, os serviços apontam que há uma grande demora nas intervenções por parte da E-redes, e como também o que querem é que as soluções sejam apontadas, colocam esta questão e, na próxima semana, já têm o agendamento de uma reunião com instâncias superiores da administração da E-redes.

Depois, e quanto às ruturas na estrada dos Brejos, que lhes foi trazida aqui, e muito bem, pelo senhor Deputado João Faim, como bom munícipe, contudo, iria sugerir, se calhar, que não esperasse pelas reuniões da Assembleia Municipal para denunciar isso e utilizasse a aplicação porque, de facto, elas são solucionadas com maior rapidez através da aplicação.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Concluído o período da Ordem do Dia, deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

**A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, eram zero hora e quarenta minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e três.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA**  
**XIII MANDATO 2021 - 2025**  
**LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 27.04.2023 A 12.05.2023**  
**EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO**

<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>REMETENTE</b>	<b>ASSUNTO</b>
<b>056</b>	27-04-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 24.04.2023
<b>057</b>	27-04-2023	ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Remete licenças de acesso gratuito ao curso de Literacia Política e Cidadania
<b>058</b>	04-05-2023	AML - Área Metropolitana de Lisboa	Convida para Workshop "Assembleias de Cidadãos para o Clima em Portugal", dia 10/05/2023
<b>059</b>	04-05-2023	Miguel Francisco Amôedo Canudo	Solicita a sua substituição na 2ª reunião da sessão ordinária de abril, no dia 12 de maio
<b>060</b>	08-05-2023	Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar	Solicita a sua substituição na 2ª reunião da sessão ordinária de abril, no dia 12 de maio